

SESSÕES DO PLENÁRIO

25ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 28 de setembro de 2021. Sessão realizada de forma mista (presencial e virtual).

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES

À hora marcada, 15horas, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputados(as): Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Alex da Piatã, Alex Lima, Angelo Almeida, Antônio Henrique Júnior, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Josafá Marinho, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jurandy Oliveira, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Marcelinho Veiga, Marcelino Galo Lula, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinson Almeida Lula, Rosemberg Lula Pinto, Samuel Junior, Soldado Prisco, Tiago Correia, Tum, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Lula e Zó. (55) O Deputado Capitão Alden encontra-se afastado (Resolução nº 2021, de 21/9/2021). O Deputado Tom Araújo encontra-se de licença médica.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Srs. Deputados, hoje nós temos várias matérias aqui na Casa. Começaremos com o Projeto de Lei nº 24.263/2021, de procedência do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a ceder à instituição financeira pública créditos decorrentes do precatório federal, e dá outras providências. Houve um pedido de vista para esse projeto, que retorna a este Plenário hoje.

Temos também: Projeto de Lei nº 24.286/2021, deputado Fabrício Falcão, que institui a obrigatoriedade do comprovante de vacinação contra a Covid a todos os servidores e agentes públicos do estado da Bahia; Ofício nº 1.530/2014, Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, que encaminha prestação de contas, acompanhada do respectivo Relatório Anual das Atividades, Síntese das Atividades de 2011/2013, referente ao exercício de 2013; Ofício nº 1.683/2015, Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, referente às contas de 2014; Ofício nº 1.790/2016, também do Tribunal de Contas dos Municípios, referente a 2015.

Temos, ainda: Projeto de Lei nº 24.189, deputado Niltinho; Projeto de Lei nº 24.253, deputado Paulo Câmara; Projeto de Lei nº 24.254, deputado Rosemberg Lula Pinto; Projeto de Lei nº 24.255, deputado Eduardo Salles; Projeto de Lei nº 24.299, deputada Fabíola Mansur; Projeto de Lei nº 24.300, deputado Eduardo Salles; Projeto de Lei nº 24.301/2021, deputada Fabíola Mansur; Projeto de Lei nº 24.302, deputada Jusmari; Projetos de Lei nºs 24.303 e 24.304, ambos do deputado Eduardo Salles; Projeto de Lei nº 24.306, deputado Bobô; Projeto de Lei nº 24.307, deputado Diego Coronel; e Projeto de Lei nº 24.310, deputado Arimateia. Todos eles de 2021 e de utilidade pública.

Não há expediente a ser anunciado. Não há manifestação de oradores no Pequeno Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Grande Expediente. Não há orador inscrito.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o representante do PSOL para falar ou indicar o orador pelo tempo de 2 minutos. Com a palavra o deputado Hilton Coelho. (Pausa) Como o deputado Hilton Coelho não se encontra, concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do PP para falar ou indicar o orador pelo tempo 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Falarão, por 6 minutos cada, a deputada Olívia Santana e o deputado Zó.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Olívia por 6 minutos.

Crie, deputada.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, saudando a todas e a todos, venho a esta tribuna para destacar a importância da reunião realizada ontem, sob a liderança do governador Rui Costa, com 28 dirigentes dos consórcios que temos aqui na Bahia.

Foi uma reunião muito consistente, muito importante, porque valoriza a experiência do consórcio no sentido de otimizar os investimentos públicos. A destacada experiência das policlínicas, na área da saúde, tem dado certo. Essa união dos prefeitos e prefeitas para garantir esses equipamentos de saúde, essas policlínicas, atendendo a todo um território, é fundamental para que sobre dinheiro a ser investido em outras áreas.

É importante otimizar. Às vezes, o município tem um hospital extremamente precário, mas, quando se juntam vários municípios próximos uns dos outros, estabelece-se um equipamento mais qualificado, de maior porte e, assim, o resultado é muito melhor. Neste caso da policlínica, o governo do estado, que vem investindo em toda a infraestrutura desses equipamentos, tem colhido resultados importantíssimos para a saúde da população.

Ontem, o governador deixou muito destacada a importância de replicar essa experiência na área de infraestrutura, de pavimentação de estradas e na agricultura familiar. Como garantir, por exemplo, que uma casa de farinha seja implantada em determinado município que realmente tenha produção de mandioca. Assim, evita-se que se saia por aí distribuindo casa de farinha em lugares que, por não terem produção de mandioca, vão subutilizar e precarizar esse equipamento.

Portanto, é muito importante essa articulação dos consórcios para colhermos resultados melhores na realização das políticas públicas.

Ficou também o desafio de investirmos nessa experiência do consórcio para o tratamento dos resíduos sólidos. A Bahia, que já se destaca no plano nacional como o estado que está em primeiro lugar em uso de energia eólica, em uso de energia solar – o que nos dá um grande orgulho –, é também um estado que pode investir mais em sustentabilidade para as suas cidades.

Então, é uma política articulada, coletiva. O deputado Marcelino Galo, que é um parlamentar muito voltado para a sustentabilidade, para a questão da agroecologia, sabe da importância de termos também uma política sustentável no tratamento dos resíduos sólidos, com investimentos em reciclagem, em usinas de tratamento do lixo. Fazer isso como uma estratégia para os diferentes territórios baianos.

Enfim, saí dessa reunião dos consórcios com muita expectativa de que, de fato, os prefeitos e prefeitas possam trilhar esse caminho que, repito, otimiza os investimentos públicos e garante políticas com melhor qualidade, obviamente, com resultados para o conjunto da população.

A segunda questão que me traz a esta tribuna é a possibilidade de a gente garantir que esta Casa aprecie o projeto de enfrentamento à pobreza menstrual. A questão da pobreza menstrual está na agenda do mundo inteiro, de diversos movimentos de mulheres, identificando o crescimento da miséria e da pobreza. Nesse rastro da pandemia, estamos trazendo a público uma agenda que sempre foi tida como um tema da intimidade das mulheres, mas entendemos que quando uma mulher não consegue vivenciar o seu ciclo menstrual, essa questão passa a ser de saúde pública e, portanto, precisa ser tratada como tal.

Esta Assembleia Legislativa, independentemente das diferenças partidárias, dos partidos e das forças políticas que se enfrentam aqui, precisa garantir esse consenso, essa unidade de que é dever também do poder público investir no enfrentamento da pobreza menstrual, para que as mulheres possam viver o seu ciclo com segurança, saúde e dignidade.

É disso que trata o projeto que nós apresentamos e que estamos lutando para que esta Casa possa apreciá-lo. Já temos a anuência dos líderes da Oposição e da Situação e da Presidência desta Casa, que compreenderam a importância dessa matéria para o conjunto das mulheres baianas.

Pela dignidade, pela saúde pública de todas as mulheres, porque é um direito constitucional de todas nós.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Por 6 minutos, com a palavra o deputado Zó.

O Sr. ZÓ: Presidente, hoje eu trago dois assuntos da Região Norte da Bahia.

Primeiro, Olívia, quero parabenizá-la por sua fala. Nós também estamos juntos – com a UBM, com a Unegro, já que boa parte das mulheres, das jovens que precisam de absorvente são negras e estão na periferia deste Brasil – nessa campanha na Região Norte.

Esse é um assunto que tem de ser discutido. A “direitona”, os fascistas não querem discutir isso porque, para eles, o que importa é a população – principalmente as mulheres, as mulheres negras – estar jogada. Mas essa é uma pauta urgente para a nossa sociedade.

Em cima disso, eu quero registrar – vou pescar aqui no celular – que na semana que vem vai acontecer, lá em Juazeiro, mais um julgamento de um desses assassinos de mulheres. Vai até ter um evento, a Corrida em prol de justiça por Alice Rodrigues, promovido pela irmã da vítima, que é policial militar em Petrolina. Ao fazer esse registro, devo dizer que a Justiça, em Juazeiro, tem sido célere – apesar de muitas vezes as condenações serem brandas – em julgar os feminicídios daquela região.

Um abraço aqui para o meu colega Bobô, que chega, como sempre, com “a elegância sutil de Bobô”. Ele também está acompanhando todas essas lutas encampadas pelo nosso partido.

Pois bem, esse julgamento vai acontecer na semana que vem. E no dia 3/10, domingo, haverá essa corrida.

Mas eu queria falar aqui, deputado Marcelino Galo, que se pronunciou aqui sobre o meio ambiente, que estamos preocupados – tendo em vista uma informação que eu recebi de Sérgio Mariano – com a economia de Pilão Arcado, no povoado de Passagem. Porque o peixe do São Francisco, na minha opinião, é o mais gostoso. E aí eu tenho de dizer que é a minha opinião, porque, como ribeirinho, como barranqueiro que sou, não conheço outro peixe mais gostoso. Mas, com essas notícias sobre a Síndrome de Haff, a tal doença da urina preta, os pescadores e comerciantes estão começando a ter dificuldade de vender o peixe, já que as pessoas não estão indo comprá-los.

Esta semana aconteceu, no povoado de Passagem, o dia do peixe, quando fizeram diversos pratos a partir do peixe – que é muito saudável – para tentar conscientizar as pessoas de que tem tanta coisa mais nociva do que o pescado.

Faço essa fala aqui porque uma das fontes da economia daquele povo, dos pescadores que compõe o setor produtivo daquela região, é o peixe. E esse peixe, por causa da tal doença da urina preta, a Síndrome de Haff, está tendo dificuldade de ser vendido. E assim está empacado e as pessoas passando dificuldade.

Vou procurar a Bahia Pesca e os outros setores do governo do estado para que façam uma visita e uma campanha de conscientização da qualidade e do sabor do peixe do São Francisco. Porque aquela região do Lago do Sobradinho, especificamente nos quatro municípios – Casa Nova, Sento Sé, Remanso e Pilão Arcado –, tem um potencial de produção de peixes muito grande. E isso ficou abalado com essa notícia.

Eu recebi aqui um ofício do dirigente do PCdoB e ex-vereador de Pilão Arcado, Sérgio Mariano, falando sobre esse assunto; também recebi mensagens do ex-vereador Antônio Medeiros. Conversei com o prefeito de Pilão Arcado, Orgeto, e nós vamos trabalhar para desconstruir essa mentira, esse *fake news* em relação ao peixe lá da região. Por isso eu quero deixar esse registro.

Mas quero também dizer da minha alegria por rever aqui, novão e sadio, o deputado Carlos Ubaldino. Deputado, é muito bom ver V. Ex.^a aqui. Em nome dos colegas, eu queria fazer esse registro desta tribuna. Passamos por um susto ao ver aquele deputado de espírito jovem, fortão, passar por um problema de saúde. Graças a Deus, V. Ex.^a já se encontra aqui com a gente para reforçar os nossos trabalhos e participar das votações que forem necessárias.

Transmito daqui da tribuna esse abraço, agradecendo a Deus e depositando toda a fé de que V. Ex.^a ainda passará...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) muitos dias aqui, com a gente, e lá fora, com sua família, com seus amigos, para que possa continuar trabalhando em prol da Bahia.

Viva o peixe, Marcelino Galo! Viva o peixe, Bobô! Viva o peixe da Bahia! Viva o peixe do São Francisco!

Um grande abraço, muito obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, o deputado Zó se antecipou, mas eu vi o nosso colega Carlos Ubaldino adentrar este recinto há pouco. Tenha certeza de que todos os colegas torciam por sua plena recuperação, Ubaldino. Graças a Deus, você está de volta, com o coração novo para aguentar muitos e muitos anos...

O Sr. Soldado Prisco: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (...) A gente sabe perfeitamente que o homem lá de cima é quem sabe tudo que acontece nas nossas vidas. O deputado Ubaldino, nessa vida agitada, teve um infarto quando estava no interior. Graças a Deus, já está de volta ao nosso convívio. Só temos de agradecer a Deus. Ubaldino, seja bem-vindo.

Também esperamos o pronto restabelecimento do deputado Tom, que também se encontra... Hoje, vi até um vídeo postado por seu sogro, o nosso ex-colega deputado Emério, feito lá em São Paulo, mostrando que ele está restabelecendo-se. O que deseja esta Casa – tenho certeza de que é o sentimento de todos – é que o nosso colega Tom esteja de volta o mais breve possível.

Pois não, deputado Soldado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco: Sr. Presidente, eu quero pedir verificação de quorum para a continuidade da presente sessão.

Em tempo, quero saudar também o nosso querido irmão e amigo deputado Ubaldino. Dizer para ele que Deus é fiel, acima de todas as coisas, por isso que o irmão está aqui conosco e vai estar ainda durante muito tempo da sua vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para uma questão de ordem, com a palavra o líder da Maioria, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, quero saudar o nosso querido Carlos Ubaldino e dizer da alegria de tê-lo de volta a esta Casa. Estivemos todos muito preocupados com a sua saúde. Esta Casa se manifestou, através do nosso presidente e de diversos colegas seus, para que tivesse um restabelecimento rápido. Que bom você estar de volta aqui com a gente. Deus sabe de todas as coisas.

Sr. Presidente, hoje, além de apreciarmos o projeto que teve pedido vista, nós temos outras tarefas. Vamos analisar as contas do Tribunal de Contas, que V. Ex.^a colocou na pauta. Também há a solicitação de diversos deputados e deputadas para que apreciemos alguns projetos de utilidade pública, já que diversas associações precisam desse requisito para que possam apresentar projetos de interesse social. A exemplo da Associação Abraço, da qual estiveram aqui alguns dirigentes, que cuida de crianças que nasceram naquele período em que tivemos no nosso país, principalmente aqui na Bahia, muitos casos de Chikungunya. São crianças que nasceram com algum tipo de alteração encefálica. Essa associação cuida não só dos filhos dos seus integrantes, mas também dos filhos de outras pessoas. Então é uma entidade importante.

Por isso, queria pedir aos deputados e deputadas... entendo quando usamos, no jogo da política, o pedido de verificação de quorum. Mas somos 45 deputados, e acho que isso só atrasa.

Enfim, peço que V. Ex.^a, Sr. Presidente, marque o tempo regimental para que a gente possa garantir a verificação de quorum pleiteada pelo deputado Soldado Prisco.

Além disso, eu queria depois fazer um diálogo, pois parece-me que o deputado Tiago Correia ainda não está convencido de que o vilão do aumento de combustível é a política de preços da Petrobras. Acho que ele, depois de ter lido os noticiários de hoje, já deve ter mudado de opinião, porque o próprio presidente Jair Bolsonaro admitiu que a política de preços da Petrobras é nociva. E o presidente da Petrobras desautorizou o presidente da República (risos) e disse que vai manter a política de preço da empresa, pois o seu objetivo é exatamente o de equiparar os preços ao mercado internacional.

Eu, que tenho um apreço muito grande pelo deputado Tiago, entendo a tentativa dele em defesa da sociedade, mas, lamentavelmente, não pode ser à custa da redução dos orçamentos dos estados. Quem tem de fazer isso é a política de preços, porque, no

momento que fizermos isso, estaremos transferindo dinheiro dos pobres para os ricos, que são os investidores da Petrobras, no caso...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) aumentando a lucratividade da empresa, que já saiu do viés do desenvolvimento para o viés econômico.

Por isso, Sr. Presidente, eu queria pedir que V. Ex.^a marcasse o tempo regimental e que todos os deputados e deputadas dessem presença, atendendo ao pedido de verificação de quorum formulado pelo deputado Soldado Prisco, se ele ainda entender que é necessária.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Soldado Prisco, mantém o pedido?

O Sr. Soldado Prisco: Mantenho, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Solicito que marquem o tempo.

Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quorum para a continuidade da presente sessão...

Parlamentar não identificado: Vocês não vão me convencer agora.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): (...) Solicito aos Srs. Deputados que se encontram nos gabinetes ou em outras dependências desta Casa e aos Srs. Deputados que participam desta sessão de forma virtual, que marquem as presenças para a continuidade da presente sessão. Então, solicito aos senhores que se encontram nos gabinetes e em outras dependências desta Casa; aos deputados que se encontram de forma virtual; eu peço a todos que marquem a presença para que possamos continuar a sessão e possamos votar todos os projetos em pauta no dia de hoje. Solicito que marquem as presenças, para que tenhamos número para a continuidade da sessão.

Vamos lá, deputada Olívia; deputado Jacó; deputado Marcelino; professor Zé Raimundo; Rosemberg; deputado Zó; deputado Bobô; deputado Tiago, que quer a continuidade da sessão.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Eu gostaria, para ganhar tempo, que o senhor fosse fazendo a chamada nominal dos deputados que estão usando a plataforma e eles fossem respondendo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputada Fabíola Mansur.

Às vezes, o microfone não está aberto. Estamos aqui, deputada... Alô! Alô!

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Eu estou presente! Presente, Sr. Presidente!

O Sr. Soldado Prisco: Presidente! Sr. Presidente, a confirmação das presenças não tem que ser no painel?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Como?

O Sr. Soldado Prisco: A confirmação da presença não tem que ser no painel, ali?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não. A pessoa está virtual...

O Sr. Soldado Prisco: Mas no virtual também ela não tem acesso ao painel? Ela não dá presença?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): A pessoa está falando, deputado.

O Sr. Soldado Prisco: Sim, ela está falando, mas aí é um problema de questão da Informática da Casa, mas a presença tem que constar no painel. Regimentalmente falando, é no painel.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k., só vai retardar, mas o próprio deputado falando, eu creio que não há necessidade.

O Sr. Soldado Prisco: Sim, eu sei que eles estão falando, mas ele pode estar falando e estar entrando ou saindo da sessão, mas o painel, regimentalmente falando, é o que rege a Casa.

A Sr.^a Fátima Nunes: Mas apagou o painel? O painel está normal.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, o Regimento não prevê isso. O Regimento não prevê que tem que ser em painel, qual é a forma de dar a presença. Na realidade, nós estamos pedindo para agilizar, ou seja, não é pelo decurso de prazo que nós vamos derrubar uma sessão. Os deputados estão presentes aqui... tem uma dificuldade de...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Alô, alô, alô!

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: (...) da utilização. É normal isso, desse novo formato...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, deputado Soldado Prisco, é como o deputado líder Rosemberg falou, é uma coisa nova para gente. A gente aqui, na Casa, nunca seguiu o que está estritamente escrito no Regimento, senão muita coisa, tenha certeza absoluta, não aconteceria aqui na sessão. Eu acredito que é uma questão de bom senso.

Como nós estamos ainda com problemas, porque às vezes alguns deputados deixam o microfone aberto. Existe esse problema... Eu gostaria de pedir a todos os deputados que estão virtualmente e que estiverem me ouvindo que, um por um, – como a deputada Fabíola fez – manifeste a sua presença na sessão, mesmo de forma virtual. E, se possível, vão tentando marcar, dar a presença no painel.

Os Srs. Deputados que estão de forma virtual: deputada Mirela, que aparece aqui; deputado Aderbal Caldas; deputado José de Arimateia; deputada Fátima Nunes, que falou aqui há pouco; solicito que todos vocês entrem para falar ao tentar marcar presença, por favor...

Deputado Carlos Ubaldino...

A Sr.^a Fátima Nunes Lula: Mas o painel do SevWeb foi apagado. Tem que entrar novamente? Como é isso?

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur: Tem, deputada Fátima, porque foi pedida verificação de quorum, então zera o painel. Tem que entrar de novo ou dar sua presença, como eu fiz.

O Sr. Júnior Muniz: Presidente, estou presente aqui. Não consegui fazer a presença no sistema.

O Sr. Tiago Correia: Está ligado, presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Está ligado!

Alô. Já tem número suficiente para dar continuidade à sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder da “Maioria” ou ao líder do Bloco Parlamentar PSDB/Republicanos para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Carlos Geilson: Este é o tempo da Maioria.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Da Minoria. O da Maioria já foi usado pela deputada Olívia e pelo deputado Zó.

O Sr. Carlos Geilson: Inicialmente, Carlos Geilson, por 5 minutos; e o deputado José de Arimateia, pelos 5 minutos restantes.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

Com a palavra o deputado Carlos Geilson por 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON: Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputadas, internautas da *TV Assembleia*, colegas que cobrem esta sessão, faço minhas as palavras, aqui do presidente Adolfo Menezes em relação à recuperação dos colegas Tom Araujo e Carlos Ubaldino. É bom saber da recuperação do deputado Tom e ver o deputado Ubaldino adentrar neste Plenário com o coração renovado, reformado e reformulado.

Srs. Deputados e deputadas, há muito tempo, nós estamos travando uma luta contra a ViaBahia pelos péssimos serviços prestados aos baianos e brasileiros que se utilizam dessa importante rodovia. E, ao que parece, é uma concessionária que tem forte apelo na justiça e apoio político. Esse entulho do Partido dos Trabalhadores, essa concessão muito mal, mas muito mal mesmo, sucedida e que nós estamos a protestar. Um pedágio caro, para um serviço deficiente.

E é com muita alegria que eu registro a fala do ministro da Infraestrutura Tarcísio Freitas, quando disse que só vai sossegar quando conseguir varrer do mapa a ViaBahia. Olhe, não tem um baiano, não tem um brasileiro que se utilize dessa rodovia e que esteja satisfeito. Acostamento ruim com depressões, com buracos, panelas onde se acumula água em período chuvoso.

Então, Srs. Deputados, ouçam o que disse hoje, em Teixeira de Freitas, o ministro Tarcísio Freitas. Ele disse: “Hoje publicamos o estudo para relicitação da ViaBahia, porque ninguém suporta mais a ViaBahia. Estamos conseguindo na Justiça a redução da tarifa por causa da inexecução do contrato. Só vamos sossegar quando varreremos essa concessionária ruim do mapa, porque o baiano não merece pagar pedágio se não está tendo o serviço.”

E é verdade. Qual serviço que nós temos, pagando numa rodovia em péssima qualidade? Qual o benefício que nós estamos tendo? Eu, que viajo diariamente, sou assistente e vejo quantos acidentes acontecem, acidentes provocados e muitos por problemas na pista. Quando chove, um Deus nos acuda; no tempo de estio, os buracos;

numa necessidade de acostamento, o perigo. Quantos já perderam suas vidas nessa rodovia?

E quero dizer que vamos fazer das palavras do ministro as nossas palavras. Não vamos sossegar enquanto a ViaBahia estiver operacionalizando em nosso estado, enquanto estiver prestando esse serviço tão ruim. Vamos lutar com todas as forças.

Quero saber qual é esse apadrinhamento, porque essa concessionária continua...
(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) mesmo com o governo federal querendo cassar esse contrato, mesmo com o ministro da Infraestrutura reconhecendo os péssimos serviços ao ponto de dizer que só vai sossegar quando conseguir varrer do mapa a ViaBahia.

Ministro, faça as suas palavras minhas também.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado José de Arimateia pelos 5 minutos restantes.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, vocês que nos acompanham, povo baiano que nos acompanha através da *TV ALBA*, eu estou passando, neste momento, estou usando aqui a tribuna, mesmo remotamente, para fazer dois registros importantes.

Amanhã, Sr. Presidente, nós teremos uma audiência pública da Comissão de Meio Ambiente desta Casa. Eu, como presidente, o vice-presidente deputado Marcelino Galo e os demais que compõem esta comissão estaremos realizando audiência pública ali na UPB, no auditório da UPB, às 9h30min da manhã – inclusive, a presença de V. Ex.^a, presidente, é muito importante, como a dos demais deputados, não só os da Comissão de Meio Ambiente, mas de todos os deputados – onde iremos, amanhã, conhecer o projeto do Canal do Sertão Baiano, que vai beneficiar 44 municípios com a transposição do Rio São Francisco.

Então, amanhã, nós conheceremos esse projeto, a Assembleia Legislativa, onde os representantes da Codevasf vão apresentar o debate. A importância dessa audiência, Sr. Presidente, é porque nós estamos com a terceira barragem de São José do Jacuípe já em colapso, porque tem menos de 4% do seu reservatório de água. E amanhã nós conheceremos esse projeto com a participação de vários deputados federais, de vários prefeitos, vereadores que vão participar dessa audiência pública.

Então, eu estou aqui fazendo essa convocação aos Srs. Deputados, apesar de que já mandamos o convite para todos os deputados da Assembleia, todos os deputados que representam a Bahia, os 39 deputados federais, os senadores. Então, eu espero amanhã contar com a presença de V. Ex.^{as}.

O outro assunto, Sr. Presidente, que eu trago aqui e que eu apresentei, nesta manhã, na Secretaria da Mesa, é uma moção de congratulação e aplausos pelo aniversário de 71 anos da *Rádio Cultura* de Feira de Santana, que completa hoje 71 anos. Inclusive, o nosso amigo, o deputado, radialista Carlos Geilson, conhece muito bem a *Rádio Cultura*. A *Rádio Cultura*, que hoje migrou para *FM 107.1*, da *Rede*

Aleluia, mas a Rádio Cultura é a segunda rádio da cidade de Feira de Santana, desde a sua fundação. Primeira é a Rádio Sociedade, em Feira de Santana, e segunda é a Rádio Cultura.

Então, eu estou, neste momento, me dirigindo lá para a rádio onde vai ter agora, às 17 horas, uma confraternização e quem quiser assistir pode assistir pelas redes sociais, tanto pelo meu *Instagram* como também pelo da própria *Rádio Cultura*. Vão estar presentes vários radialistas. A *Rádio Cultura* é uma referência não só de Feira de Santana, mas da Bahia, porque muitos profissionais da comunicação, do meio da comunicação passaram pela *Rádio Cultura*, como Milton Coutinho, Carlos Geilson, se não me falha a memória, mas não sei, vocês podem aí falar, Carlos Geilson, mas é muito importante.

A *Rádio Cultura* foi fundada em 28 de setembro de 1950, por Eduardo Froes da Mota. A *Rádio Cultura* foi fundada em 1950, então, hoje, ela completa 71 anos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) de fundação. Então, não poderíamos deixar de fazer esse registro, de trazer, de apresentar esta moção contando um pouco da história. Pelo tempo não vai dar para ler, mas eu gostaria que essa moção fosse transcrita para os Anais desta Casa para que fique marcada a importância que a Rádio Cultura tem para Feira de Santana e para os mais de 60 municípios...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) onde chega essa emissora.

Então, era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de deixar registrado.

Mais uma vez, quero agradecer a oportunidade e dizer ao povo baiano que amanhã nós estaremos nessa audiência pública, na UPB, em benefício de mais de 1 milhão de famílias dos 44 municípios representados naquela região.

O canal do sertão baiano tem que sair do papel, e a gente espera... E outra coisa, Sr. Presidente, dia 6, já está agendada, ouviu? Atenção, Srs. Deputados, dia 6 de outubro já está agendada no ministério, no MDR no ministro Rogério Marinho, uma audiência com o ministro. Nós vamos levar esse projeto para apresentar ao ministro Rogério Marinho para que ele possa tirar da gaveta e também possa fazer com que...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Alô! Alô!

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: (...) o Rio São Francisco possa funcionar nesses 44 municípios, no canal do sertão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado José de Arimateia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Por 5 minutos, falará o deputado Marcelino; e, por 5 minutos, o deputado Bobô.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Marcelino Galo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO LULA: Sr. Presidente, deputado Adolfo Menezes, caros deputados e deputadas desta Casa, Srs. da Imprensa, todos os internautas que estão nos acompanhando neste momento, presidente, eu gostaria de falar sobre uma visita que nós fizemos no final de semana. E aqui já se falou muito – a deputada Olívia, falou, o deputado Zó também – sobre a sustentabilidade. E essa sustentabilidade, cada vez mais, vem sendo trabalhada como conceito político, deixando de ser apenas um conceito moral ou ético. Então, nessa visita ao município de Formosa do Rio Preto, ali visitando a comunidade de São Marcelo e essa comunidade de geraizeiros, deputada Olívia, sendo ali ameaçada de forma covarde por um processo de grilagem de dois grandes latifúndios, constituídos ninguém sabe como, mas com muita violência e truculência.

Então, nós não podemos nunca falar em sustentabilidade, onde seja ali a preservação da vida humana, a preservação da dignidade como o fator propulsor. Não é possível... E esta Casa tem essa responsabilidade! Ali conversei com o Sr. Alfredo, de 101 anos, que já tinha nascido na comunidade de São Marcelo, onde seu pai tinha vivido. Então, essa comunidade centenária, e ali sem nenhum apoio – e nós precisamos cuidar disso com muita responsabilidade – sendo ameaçada de forma brutal por milicianos, por jagunços armados, com armas especiais, ali fazendo o processo de terror para ameaçar aquelas comunidades.

E esse é o processo já da segunda onda que viveu o oeste baiano na grilagem, em que as grandes empresas se estabeleceram no Gerais, e agora eles vão buscar justamente as baixadas, as veredas, a comunidade onde vivem ali os geraizeiros, para constituírem suas reservas. Reservas essas cujas áreas já foram totalmente destruídas. As mudanças na lei de licenciamento ambiental, o Código Florestal, infelizmente, permitiu, possibilitou a realização ali, a efetivação de reservas em outros lugares.

Então isso está motivando essa nova onda de constituir as reservas e, para isso, expulsar aquela comunidade. Quem conhece aqui o cerrado, sabe da fragilidade daquele ecossistema, ali se localiza a caixa d'água das grandes bacias hidrográficas deste país, deste estado.

Nós precisamos preservar o cerrado, e a preservação daquela região é uma burrice quando o latifúndio trata dessa forma, porque o próprio agronegócio vai precisar para ter futuro de muita água.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. MARCELINO GALO LULA: E ali, justamente na confluência entre o rio Sapão e o rio Preto, nós já temos uma contaminação de agrotóxicos. Aqueles rios, aquela beleza, aquele santuário ecológico que representa o Gerais, nós temos que preservar. Nós não podemos compactuar com esse crime em que se despreza a vida em função do ganho fácil e do lucro de uma minoria que vem acumulando.

Então, Sr. Presidente, eu deixo aqui a minha solidariedade à comunidade de São Marcelo e Formosa do Rio Preto e nos colocamos à disposição para denunciar e para estar junto nessa luta contra a grilagem que se abate sobre aquele povo.

Então, muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pelo tempo restante, com a palavra o deputado Bobô por 6 minutos.

O Sr. BOBÔ: Sr. Presidente, boa tarde; boa tarde a todos e todas, deputados, deputadas, o meu pronunciamento é apenas, presidente, para fazer um convite à nossa querida nação tricolor, à torcida do Esporte Clube Bahia, que está aí retada com o time atual, passando por um sofrimento enorme. Mas hoje será um momento especial, um momento de festa, e aqui eu faço questão de fazer esse convite à torcida para prestigiar o encontro que acontecerá hoje às 19h30min, no Restaurante Barbacoa, aqui, em Salvador, em comemoração... O jantar é um jantar, bem interessante o nome, “solidário”. Solidário aos heptacampeões baianos, ou seja, a uma geração extraordinária que construiu uma página linda na história desse grande clube. E hoje esses atletas que ganharam os títulos de 73, 74, 75, 76, 77... sete vezes campeão baiano de forma ininterrupta, consecutiva, hoje eles participarão do encontro.

Eu acho que é muito interessante que gerações novas, que não tiveram o prazer de acompanhar esses grandes jogadores de futebol do passado, possam pelo menos prestigiá-los hoje no Restaurante Barbacoa, às 19h30min. Lá vão encontrar um dos maiores ídolos da história do Bahia, que é o nosso querido Douglas, que... Nesses sete títulos, Prisco – você que é torcedor do Bahia, só que é incubado –, mas nesses sete títulos consecutivos, quatro jogadores, de fato, jogaram e foram campeões, foram heptacampeões.

Eu faço até questão de fazer o registro porque eu sou fã de todos esses caras, eu os adoro e faço questão de citar o nome de um deles, que infelizmente já não está mais entre nós, que é o Sapatão. Mas o Baiaco, que é uma extraordinária figura humana, um dos maiores jogadores da história do futebol da Bahia e do Brasil, participou desses sete títulos, portanto, é hepta, de fato, ganhou sete vezes. O Douglas! O Douglas fez só nessa campanha, Marcelino, 90 gols. É pouco? Fantástico, né? Eu faço esse registro. E tem o Fito, o grande Fito, e também o Romero. Esses quatro atletas jogaram, disputaram sete vezes de forma consecutiva e ganharam esses sete títulos de forma ininterrupta.

Então, fica aqui o registro do meu carinho, por ser torcedor do Bahia, da minha gratidão, mas, sobretudo, porque eu tive o prazer de jogar ao lado de alguns deles. E eu sei o quanto eles foram importantes na minha formação como atleta, mas, sobretudo, na construção da história do Esporte Clube Bahia.

Parabéns a todos os campeões que hoje se reunirão no Restaurante Barbacoa a partir das 19h30min. E aqui eu faço o apelo à grande torcida tricolor para que vá prestigiar esses caras, que vá abraçar esses caras. Se não puder abraçar, observe de longe, mas participe do jantar. É um jantar solidário a eles, e eu, seguramente, claro,

irei estar ao lado deles prestigiando este momento de confraternização. Viva à história linda desses caras que construíram esse grande clube.

Portanto, faço questão de não só poder citar aqui esse momento do encontro, mas prestigiá-lo também logo mais à noite, no Barbacoa.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou ao líder do Bloco Parlamentar Patriota/PSL/PSC para falar ou indicar o orador pelo tempo 10 minutos.

O Sr. Carlos Geilson: Sr. Presidente, falarão os deputados Soldado Prisco e Tiago Correia por mais 5 minutos cada um.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não. Para iniciar, com a palavra o deputado Soldado Prisco pelo tempo de 5 minutos...

Vai inverter?

O Sr. Carlos Geilson: É uma inversão. Inicialmente, Tiago; depois, Prisco.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não. Para iniciar, com a palavra o deputado Tiago Correia pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, boa tarde, boa tarde nobres colegas, servidores desta Casa.

Sr. Presidente, o que me traz mais uma vez à tribuna na tarde de hoje é para tratar dessa questão que tem trazido tanta inquietação não só ao meio político, mas também à nossa população, que é o preço dos combustíveis. E nós vemos diversos colegas... inclusive o líder do Governo, deputado Rosemberg, falou agora há pouco, me perguntando se eu já havia me convencido de que o governo não tinha condições de reduzir o ICMS dos combustíveis porque provocaria uma queda na arrecadação da receita. E eu peço mais uma vez ao deputado Rosemberg, líder da Maioria desta Casa, que consiga uma reunião com o governador, porque o governador está sendo mal assessorado, deputado Prisco. Não haverá sequer R\$ 0,01 de redução. Essa foi a minha proposta, foi meu projeto de indicação.

Nós sabemos que o governo do estado arrecadava há 1 ano, como eu falei na sessão passada, R\$ 1,15 por litro de gasolina vendida. Hoje ele arrecada R\$ 1,70, deputado Carlos Geilson, R\$ 0,55 a mais, houve incremento de receita com a arrecadação. E aí eu vejo o líder do Governo dizer que a política de preços da Petrobras... e aí ele tenta até dizer que é uma política do presidente Bolsonaro. A política de preços vigente na Petrobras é de 2016, uma política que foi adotada logo após a presidente Dilma ser “impeachmada”, e o vice-presidente da presidente Dilma, o vice-presidente do líder do Governo – afinal, Michel Temer era o vice-presidente da chapa do PT e deu continuidade àquele governo –, implementou a política de preços da Petrobras.

E eu quero até ser justo, não foi ele quem implementou, foi o presidente da Petrobras, na época escolhido por ele. Então, Sr. Presidente, essa política de preços é

vigente desde 2016. E eu não vi aqui nenhum membro do PT, muito menos o deputado Rosemberg, vir criticar essa política de preços. Agora, ele diz que a Petrobras adota essa política de preços para favorecer o lucro da empresa e que a empresa pertence a acionistas, e que essa política de preços é benéfica aos acionistas.

Ora, deputado Carlos Geilson, o maior sócio da Petrobras é o governo do estado, ele fica com 28% do que a Petrobras vende da gasolina sem sequer refinar um barril de petróleo, sem sequer se expor a nenhum risco, quase um terço do preço da gasolina é do governo do estado. Então o maior beneficiário dessa política adotada pela Petrobras é o governo do estado, que aumentou muito, deputado Carlos Geilson, mais de 44%, a arrecadação desde o ano passado. É muita gordura!

Eu não quero que o governo tenha um centavo sequer de prejuízo em arrecadação. Que ele não reduza os R\$ 0,55 que arrecada a mais, que ele reduza R\$ 0,50, que ele reduza R\$ 0,40, mas há espaço para a redução do ICMS de combustível sem reduzir a arrecadação. O governador fala que não pode reduzir porque ele tem policial militar para pagar, deputado Prisco, ele falou isso ontem, que ele tem professores para pagar, e eu lhe pergunto: em 1 ano houve aumento do salário dos policiais militares, deputado Prisco? Houve aumento para alguma classe de trabalhadores do nosso estado? Que eu me lembre, que eu me recorde, não. Ao contrário, houve corte, houve diminuição, inclusive com a Previdência que foi aprovada aqui.

Então o governador diminui os seus gastos, aumenta as suas receitas e vem falar que isso é uma ação, muitas vezes, de publicidade de alguns governadores que já sinalizaram para a redução do ICMS, outros já sinalizaram para o congelamento, mas é uma pauta que é absolutamente compatível e possível de ser realizada, basta força de vontade, basta querer abrir mão desses lucros que são tão mal falados aqui pelo líder do Governo. Na verdade, quem mais lucra com essa política de preços é o governo do estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Soldado Prisco, por favor, com a palavra no tempo restante de 5 minutos.

O Sr. SOLDADO PRISCO: Sr. Presidente, boa tarde, e aos demais membros desta Casa, muito obrigado.

Vejam como está a segurança pública na Bahia. No mês de junho de 2020, o soldado Stelio estava fazendo uma corrida, um corridão, com vários policiais da corporação em serviço, passou mal naquela corrida e veio a falecer. A Polícia Militar, na época, junho de 2020, fez um parecer e provou que o soldado Stelio merecia ser promovido *post mortem*. Veja o que o governo do estado fez, negou esse provimento à família, negou provimento a um policial militar que estava ali em serviço. Vejam como ele trata a segurança pública. E o soldado Stelio pertencia à Cipe Central, uma unidade especializada. Essa é a forma como este governo trata o servidor público que dedica a sua vida para toda a sociedade. Mas nós vamos continuar essa luta para que o

reconhecimento dele venha, porque ele é merecedor, e a família dele, que está passando por várias necessidades, também é merecedora dessa promoção *post mortem*. Essa é a forma como o governo do estado tem tratado a segurança pública na Bahia.

No dia de ontem e no dia de hoje, Sr. Presidente, recebi várias informações da ordem de serviço a policiais. Veja como está a segurança pública, a Polícia Militar utilizando os policiais para fazer segurança privada, cansando os policiais, estressando os policiais, esse mesmo comandante-geral que está aí na PM, colocando os policiais, na madrugada inteira, em portas de agências bancárias.

Veja o que está passando a população da Bahia, o quanto ela está sofrendo todos os dias com a violência, com sangue sendo derramado, mas os policiais militares estão fazendo segurança privada dos bancos, dos banqueiros, os únicos que, mesmo com a pandemia, faturaram e muito. E aí ontem, outro pedido, que já foi implantado a partir de hoje: agora os policiais militares também vão tomar conta de postos de gasolina, rede privada. Várias denúncias chegaram à gente. Isso é um verdadeiro absurdo, enquanto o povo da Bahia sofre com a violência, o governo do estado tem a preocupação de guardar os seus, a rede privada, que deveria se preocupar com a segurança pública.

Já não basta a violência que o nosso estado passa? Todos os dias a mídia mostra os bairros sendo fechados, sequestro virou rotina em todos os bairros. Ontem foi a Bromélia, o Bosque das Bromélias, onde as aulas foram encerradas. Até quando o povo da Bahia vai suportar tanto sangue do povo baiano sendo derramado? Até quando a Bahia do medo vai viver como ela está? Essa é a pergunta para qual todo baiano, infelizmente, gostaria de ter a resposta.

Sr. Presidente, vi também na semana passada o governador do estado... E aí vai aqui para a bancada feminina desta Casa, que tanto faz a luta, não é? Vi que o ex-secretário de Saúde, Vilas-Boas, estava num evento com o governador, e o governador chegou a saudar o ex-secretário. O mesmo que chamou uma empresária de vagabunda, que agiu de modo racista, estava lá sendo elogiado pelo governador do estado, e não vi ninguém nesta Casa se pronunciar!

O mesmo ex-secretário de Saúde está viajando pela Bahia em campanha eleitoral, já se colocando como um pré-candidato a deputado federal, apoiado, lógico, pelo governador Rui Costa, que lá, no evento, o saudou e o elogiou. Quanta barbaridade! E se fosse do governo federal? E se fosse em outro governo? Será que ele estaria falando daquele mesmo jeito? Que absurdo, que demagogia e que hipocrisia!

Mas o povo da Bahia está atento, e a resposta será dada, não tenho dúvida nenhuma! O ex-secretário de Saúde deveria estar era respondendo a processo, e não estar sendo elogiado. É dessa forma que o governador trata as mulheres na Bahia, privilegiando o cidadão racista que agrediu uma mulher, chamando a mesma de vagabunda.

Um fato como esse, nós não vamos deixar em branco, vamos continuar denunciando essas arbitrariedades. E eu espero que a bancada feminina desta Casa se pronuncie, porque eu tenho certeza que, se fosse...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) outro governo ou outras pessoas que tivessem falado aquilo ali, o governador Rui Costa elogiar um agressor de mulher, esta Casa já estaria pegando fogo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Marcelino Galo Lula: Sr. Presidente, falará, por 5 minutos, o deputado Bira Corôa; e, por 5 minutos, a deputada Fabíola Mansur...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Primeiro, as mulheres.

O Sr. Marcelino Galo Lula: Então, por favor, a deputada Fabíola. Desculpe-me, deputada, a senhora já estava aí a postos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Fabíola Mansur pelo tempo de 5 minutos.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Muito bem, Sr. Presidente, Sr. Presidente da CCJ, boa tarde colegas, de novo saudar a saúde do deputado Carlos Ubaldino e também mandar nossa energia positiva para o deputado Tom.

Primeiro, Sr. Presidente, eu venho a esta tribuna para falar do absurdo que ocorre no município de Central. Lá, eleito pelo PSB, um professor humilde, sério, responsável, teve uma herança maldita deixada pelo ex-gestor, que deixou INSS sem pagar, dívidas com a Embasa, que deixou 4 meses de salários atrasados.

E num esforço hercúleo, o prefeito Renato do Boi e sua equipe regularizaram, deputado Bira, todo o salário, pagando em dia, e tentou fazer um parcelamento com a Embasa. Pasmem os senhores, o parcelamento conseguido com a diretoria da Embasa foi de 48 meses, mas a Câmara de Vereadores – vereadores que não têm compromisso com o povo, com raras exceções, vereadores que querem inviabilizar o mandato eleito pelo povo – simplesmente o reduziu de 48 para 20 meses, numa tentativa de inviabilizar a gestão.

De outra maneira, também uma dívida gigante do INSS. Nós sabemos das dificuldades que têm os nossos prefeitos de honrar essas dívidas, mas uma dívida deixada pelo ex-gestor... Ontem, aprovaram uma CPI para acusar o prefeito de improbidade administrativa, tendo sido vaiados pelo povo, que reconhece a gestão do prefeito Renato, uma gestão que voltou a pagar em dia os funcionários, uma gestão honrada, uma gestão que voltou a fazer cirurgias eletivas.

Não ganharão no tapetão, deputado Jacó. Nós sabemos da honradez desse prefeito, e não deixaremos que Renato sofra a mais cruel, a mais cruel violência por desejos escusos de tentativa de derrubar um prefeito eleito democraticamente, retirá-lo do poder por conta de uma CPI na qual ele tem a minoria dos votos. Mas o povo será soberano, o povo saberá cobrar, e nós iremos auxiliar o prefeito Renato do Boi, com o qual tenho total parceria e total confiança.

De outra maneira, quero aqui me referir ao deputado que me antecipou. A bancada feminina nesta Casa, sim, se pronunciou a respeito da inaceitável colocação do então ex-secretário Fábio a respeito da chefe de cozinha preta. No entanto, isso não diminui nem retira dele o direito como uma pessoa, como o gestor que foi, que fez grandes entregas, policlínicas, hospitais, um momento extremamente bem-sucedido durante a pandemia, que salvou vidas. Isso não retira o direito do ex-secretário de participar, como pessoa, como cidadão, como médico, de atos e, para tal, ser elogiado.

A bancada feminina nesta Casa sempre esteve, deputada Olívia, presidida por V. Ex.^a, sempre esteve ao lado das mulheres, e mesmo tendo que cortar na carne, sempre se posicionou em defesa das mulheres e contra qualquer tipo de violência.

Por fim, aproveitando também o tema, quero aqui, Sr. Presidente, dizer que o projeto de resolução aprovado nesta Casa, que instituiu a Procuradoria Especial da Mulher, também carece de uma indicação da procuradora e das três procuradoras adjuntas. Participamos de duas reuniões em Brasília, onde essa rede, junto com a deputada Lídice da Mata, procuradora adjunta da Câmara Federal, e a deputada Tereza Nelma, atual procuradora... Nós estamos tentando criar uma rede de procuradorias que vai, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para além do que já faz a Comissão de Mulheres, ser mais uma ferramenta para aumentar a participação das mulheres, para fazer o enfrentamento às diversas violências e para ser um organismo que dialogue com os diversos poderes para encaminhar uma série de processos que aqui, nesta Casa, muitas vezes chegam e denúncias que nos chegam.

Assim, quando nós nomearmos as procuradoras, a titular e as três adjuntas, estaremos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) também fazendo parte dessa rede, que é nacional, e estimulando, Sr. Presidente, com a sua tolerância, a criação das procuradorias municipais, a exemplo do que já está acontecendo em Alagoinhas e em outros municípios acima de 100 mil habitantes. Mas que as procuradoras municipais tenham, nesta Casa, também uma guarida, uma sala e uma forma de ampliarem esta parceria protegendo, criando uma rede de proteção às mulheres.

Obrigada pela tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pelo tempo restante, com a palavra o deputado Bira Corôa.

O Sr. BIRA CORÔA: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Servidores e Sr.^{as} Servidoras desta Casa, imprensa.

Sr. Presidente, faço uso da palavra neste exato momento, primeiro, para destacar o dia de hoje, o dia que celebra internacionalmente o Dia do Idoso. Dizer o quanto é

importante, simbólico, retratar esse dia para uma faixa da sociedade brasileira e mundial que ainda vive um processo de discriminação.

Não vou me alongar muito, mas dizer que a maioria tem sido ainda uma parcela considerada como um peso dentro do contexto da nossa sociedade, um desrespeito ao acúmulo, à experiência e às contribuições dadas para a sociedade em todos os seus aspectos: social, econômico, político, entre outros. Mas o dia de hoje é um dia simbólico como dia de luta, um dia de referendar a luta por uma sociedade mais justa, mais igualitária, com respeito ao direito de todos e todas, e também acessos.

Mas, Sr. Presidente, aproveito também para parabenizar e, ao mesmo tempo, agradecer ao governador Rui Costa e a toda sua equipe, em especial, à Secretaria de Educação, que, na última sexta-feira, esteve no nosso município de Camaçari, especificamente na orla de Camaçari, entregando duas escolas de segundo grau construídas com um investimento de mais de R\$ 15 milhões. Foi entregue a Escola Estadual de Monte Gordo, uma escola que representa o anseio, a disposição e a expectativa de toda a população de Monte Gordo e adjacências, assim também como a Escola Nadir Copque, de Arembepe, escola estadual em Arembepe, com igual condição, uma escola que também vinha sendo solicitada pela sociedade de Arembepe e região há muito tempo.

A entrega dessa escola deixou para as comunidades a prova do respeito, do compromisso e da seriedade desse governo com a educação e com a valorização dos jovens, especialmente do nosso litoral. E mais do que isso, assinou também ordem de serviço de ampliação dessas escolas, elevando a escola de Monte Gordo com mais 15 salas de aula, mais um auditório, sendo que um já está edificado na escola que foi entregue, um campo *society*, uma piscina semiolímpica, pista de atletismo e um espaço para desenvolvimento de artes marciais para garantir o desenvolvimento e a prática do esporte na região da orla de Camaçari.

Igual condição também foi levada para Arembepe: ampliação de mais de 24 salas de aulas, a construção de um auditório e mais dois laboratórios, isso mostrando também o compromisso desse governo com a educação.

Por fim, ainda lá em Camaçari, foi assinada a ordem de serviço da recuperação e pavimentação total da BA-519, no trecho especial que liga a localidade de Barra do Jacuípe à localidade de Monte Gordo, obra também muito solicitada pela população e pela comunidade e que tem um papel importante de escoar a produção daquela região.

Então, senhores e senhoras, não poderia deixar de agradecer ao governo e pontuar que, enquanto a Oposição se apega em ficar tentando encontrar erros deste governo, ficar tentando encontrar fatos para estar acusando, fugindo da realidade de não poder nesse espaço, nem diante da sociedade baiana, nem da brasileira, assumir a sua relação com este governo nefasto do Bolsonaro, sem ter a capacidade de assumir que cumpriu um erro tático quando defendeu este governo e apresentou à sociedade baiana e à sociedade brasileira este desequilibrado que tem insistido em ridicularizar o Brasil, em desconstruir...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) todas as vitórias e conquistas da sociedade brasileira e conseqüentemente da classe trabalhadora.

Então, por fim, quero deixar aqui o nosso fiel repúdio ao governo federal e o nosso inteiro apoio a quem tem dado certo, dando continuidade ao melhor momento da história política, social e econômica que vive o nosso estado, a Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Concedo a palavra ao líder da Minoria ou ao líder do Bloco Parlamentar/DEM/MDB para falar ou indicar o orador pelo tempo 11 minutos.

Deputado Carlos Geilson, não vai indicar?

O Sr. Carlos Geilson: Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do Bloco Parlamentar ou ao líder do PT para falar ou indicar o orador pelo tempo 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Vai falar, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Marquinho Viana – ele apareceu como Carlinho agora, que está atendendo remotamente -; e, pelo restante do tempo, o deputado Jacó.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Marquinho Viana pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MARQUINHO VIANA: Sr. Presidente, nobres colegas deputados, neste período de pandemia é sempre um prazer estar aqui nesta tribuna e rever os colegas, e trabalharmos, aqui, de forma presencial.

Quero, aqui, nobre presidente, já conversei com o líder da Maioria e com o líder da Minoria... Há um projeto de lei nosso tramitando nesta Casa de número 24.070/2021, que (Lê) *“Institui e disciplina os serviços eletrônicos prestados de forma eletrônica e desburocratizada pelas centrais eletrônicas das atividades notariais e registrais no âmbito do estado da Bahia.”*

Eu fui procurado pelo advogado das centrais dos cartórios para que apresentasse esse projeto de lei a fim de que os cartórios possam fornecer as certidões de registro de imóveis e diversas certidões dos cartórios, hoje já todos privatizados, de maneira rápida e de maneira remota a todo cidadão da Bahia. Esse projeto ainda está tramitando, e eu gostaria de contar com apoio dos dois líderes para fazer a dispensa de formalidades.

Também informar aos Srs. Deputados que alguns estados do nosso país já têm aprovado este projeto de lei, que são: o estado do Piauí, desde setembro de 2020; o estado do Pará, também setembro de 2020; o estado de Tocantins, em julho de 2020; o estado de Santa Catarina, em 2019; o estado de Goiás, em 2015; o estado do Amazonas, em 2020; e o estado do Paraná, também em 2020.

Então, nós do estado da Bahia, que é um estado enorme, temos a maior dificuldade em tirar as certidões. Temos de ir ao cartório, pegar senha, as filas, isso é um transtorno para a população do nosso estado. Eu queria contar com o apoio dos

colegas das Bancadas da Oposição e Situação para a dispensa de formalidades, para que este projeto de lei possa ser aprovado ainda hoje, se possível aos colegas.

O outro assunto que trago a esta tribuna, hoje, nobre presidente, nobres deputados... Nós já estamos chegando, talvez, não sei se à reta final, no controle deste vírus. Nós e nossas famílias estamos há quase 2 anos dentro de casa. Eu também peguei Covid, assim como minha mãe, que faleceu ano passado. E alguns municípios, como é o caso da minha querida terra Barra da Estiva, nós estamos fazendo lá um apanhado, e o município não dispõe de um hospital municipal. Nós temos um hospital filantrópico lá, gerido pela Associação Filhas de São Camilo, o Hospital Susy Zanfretta, que enfrenta dificuldade para se manter, só recebe o dinheiro do SUS. E o município de Barra da Estiva recebeu quase R\$ 3 milhões para ajudar no combate à Covid. Nós estamos apurando. E o hospital, que é hospital filantrópico, não recebeu nenhum real desse recurso. O prefeito municipal usou apenas no pagamento de funcionários nas barreiras, e sequer ajudou o hospital. Em nada ajudou.

A população toda do município passou por aquele hospital, que montou um centro de Covid. A prefeitura do município de Barra da Estiva sequer montou uma sala ou reservou um posto de saúde para atender naquela parte de emergência, para tratar dos pacientes que estavam com Covid.

O hospital é dirigido por freiras, as Filhas São Camilo. Elas tinham um terreno em Barra da Estiva. Venderam esse terreno, pediram à prefeitura que pagasse apenas a alguns médicos, e o prefeito se recusou em todo momento a ajudar.

Então, R\$ 1 sequer do dinheiro repassado...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) pelo governo federal para ajudar no tratamento da Covid em minha cidade, Barra da Estiva, foi recebido pelo hospital. Os médicos trabalhavam lá, muitos deles com diversas horas extras, e sequer receberam, porque o hospital não tinha como pagar, e o município se nega e se negou a transferir parte desse recurso.

Então, nobre presidente, eu queria dizer que nós já estamos adotando as providências junto com a assessoria jurídica nossa, do gabinete...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para que nós possamos – para concluir – nós possamos tentar até bloquear, não mais o dinheiro porque foi gasto, mas dizer ao Tribunal de Contas, que está analisando as contas e onde foi gasto todo esse valor sem ter atendido um paciente sequer no município de Barra da Estiva. É um descaso total com a saúde do município de Barra da Estiva por parte do atual prefeito, conhecido popularmente como Joãozinho de Didi.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra, pelo tempo restante, o deputado Jacó por 6 minutos.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Sr. Presidente, colegas, imprensa, pessoal de apoio, da *TV ALBA*, boa tarde para todo mundo.

Sr. Presidente, eu quero inicialmente relatar que eu estive em reunião em Senhor do Bonfim, recentemente, com a Associação Cultural dos Espadeiros Bonfinenses, na qual estiveram presentes o presidente da entidade Darlan Valverde e demais membros.

Quero aqui saudar Joilson França, Iulo Amauri, Elisângela Machado e Alex Barbosa, além das lideranças como o vereador de Senhor do Bonfim, Hermógenes; também diretor regional da CAR; Camila; Ronaldo; Jéferson; com quem estive para tratarmos da importância histórica e cultural da guerra de espadas, que tem sido criminalizada de forma irregular.

Eu quero avisar para a turma de Senhor do Bonfim e para a da Bahia que nós já aprovamos essa audiência pública, vamos tratar da data, defini-la, porque esse é um tema importante, porque nós precisamos desconstruir o preconceito que se tem contra o uso das espadas no São João. Nós temos de ver a questão cultural, e o que o nosso povo quer é a regulamentação, é a organização, porque espada não é arma, espada é um instrumento, um fogo que, se usado corretamente, não tem problema.

Então, da nossa parte, nós estamos muito alegres com essa conquista dessa audiência pública, nesta Casa, que é a Casa do Povo.

Queria também dizer que realizei uma *live* com Cris, uma companheira nossa de Senhor do Bonfim, para debater o tema da violência contra a mulher naquele território. E eu fiquei estupefado porque, minha gente, a Bahia precisa tomar conhecimento, é um dos territórios onde mais as mulheres são violentadas, onde mais as crianças são abusadas. É uma situação calamitosa. E eu quero aqui reforçar um pedido ao nosso governador Rui Costa: que instale uma delegacia da mulher naquele território, porque é uma demanda das mulheres daquele território. E nós não podemos aceitar a violência crescente contra as nossas mulheres.

Queria também aqui me associar à deputada Fabíola no que diz respeito ao município de Central, porque há uma turma lá do atraso que acha que a política é comércio. Há uns vereadores que não se conformam que perderam as eleições, uns chantagistas, que chantageiam o governo municipal porque é um homem da roça, um homem de bem, que está transformando a vida daquele povo, mas há uma elite ali do atraso que não aceita, que não permite que o professor Renato exerça o seu mandato. E nós estamos aqui defendendo o mandato do professor Renato, em alto e bom som, e vamos, sim, lutar ao seu lado para que esse abuso, para que esse golpe seja evitado. A Justiça não vai permitir que aconteça um golpe em Central, e a vontade do povo precisa ser respeitada. Nós não podemos mais aceitar esse tipo de atitude aqui no nosso país.

Queria também aproveitar para mandar um abraço e parabenizar a secretária da Saúde do estado da Bahia, à qual eu estive fazendo uma visita, a Dr.^a Tereza Paim, uma mulher humilde, humana, que nos recebeu muito bem. E eu estava lá com um conjunto de associações que discutem, que defendem políticas públicas para o combate à doença falciforme, uma doença que atinge muitos baianos e baianas.

Eu quero aqui saudar a Sr.^a Noêmia das Neves, que é presidente da Associação das Pessoas com Doença Falciforme; Sr.^a Evanilde Nunes, ativista da causa falciforme; Sr.^a Antônia Conceição, promoção da equidade de saúde; e o Sr. Altair Lira, ex-presidente da Associação Nacional das Pessoas com Doença Falciforme.

Este é um debate que a sociedade precisa enfrentar. Essas pessoas passam por muitos preconceitos, e nós precisamos, sim, botar luz neste problema, nesta situação destas pessoas, porque nós não podemos aceitar que os baianos e baianas sofram com preconceito.

Queria também aqui, Sr. Presidente, para finalizar, de forma estarrecida, como é que pode? (Lê) *“Advogada denuncia que médicos e enfermeiras”* – isso mesmo – *“médicos e enfermeiros contaminados com o coronavírus teriam que trabalhar.”* Lá na Prevent Senior. Esta clínica, este plano que forçou os profissionais a trabalharem infectados, que fez testes que só foram feitos no regime nazista, que matou muita gente, que escondeu as mortes. É uma tragédia que está acontecendo no nosso país! E vale lembrar que essa turma é a turma apoiada pelo desgoverno federal...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que nega a doença, que incentiva a morte, e é isso que nós estamos vendo no nosso país: uma tragédia dia após dia com a vida das pessoas.

Nesse país agora passou a se cultuar a morte. É como o próprio presidente diz: “As pessoas que morreram é porque já estavam doentes e essa doença somente antecipou a vida dessas pessoas por um dia”. Mas essas pessoas têm pai, têm mãe...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) têm família que estão sofrendo com a sua falta, estão sofrendo a sua dor e precisam de solidariedade e de respeito. Jamais esse presidente visitou um hospital, jamais ele foi capaz de prestar solidariedade...

O Sr. Carlos Geilson: Aí é o Grande Expediente.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: (...) ao povo brasileiro que está sofrendo essa tragédia, Sr. Presidente. Ficam aqui o nosso repúdio e a nossa indignação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Carlos Geilson: Questão de ordem, presidente

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Questão de ordem também.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson: Sr. Presidente, na última sessão, houve uma discussão em torno do Projeto de Lei nº 24.286/2021, de autoria do ínclito deputado Fabrício Falcão. Naquele momento, houve um entendimento para votação desse projeto, mas, eivado de dúvidas, o projeto foi jogado mais para frente, justamente para esta sessão. E o que acontece? O que a bancada defende, a maioria da bancada?

Estou aqui para transmitir o sentimento, depois de ouvir o deputado Sandro Régis. Não há acordo para votar este projeto do deputado Fabrício Falcão. A bancada entende que ele deve ser retirado de pauta, tramitar e passar pela Comissão de Constituição e Justiça.

Então, esta é a decisão da Bancada da Oposição, a despeito de todo o apreço e carinho que nós temos pelo deputado Fabrício Falcão.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

Questão de ordem do deputado líder Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, primeiro, eu estou estranhando a questão de ordem do deputado Carlos Geilson, porque havia, havia não, há uma dispensa de formalidade em relação à tramitação desse projeto. O projeto foi lido e nós tiramos... foi pedido vista, para ser apreciado nesta sessão em função da necessidade de se fazer algum tipo de ajuste, e foi feito por acordo. Então, o projeto está tramitando, já com as assinaturas apensadas. Regimentalmente, não há esse tipo de possibilidade. Esta é a primeira questão.

O Sr. Soldado Prisco: Presidente, questão de ordem.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Segunda questão, mas eu tinha me inscrito, porque eu não tinha ouvido, inclusive, a questão de ordem do deputado Carlos Geilson. Eu não sabia que era isso. Mas eu me inscrevi aqui, Sr. Presidente, porque o “zap” da liderança do Governo acabou de ser encaminhado aqui por números desconhecidos, com o *card* do Sindicato dos Servidores do Ministério Público com a minha foto, parecendo que eu tenho alguma responsabilidade sobre o conteúdo do projeto que tramita nesta Casa oriundo do Ministério Público.

Em primeiro lugar, eu gostaria que os dirigentes desse sindicato me respeitassem. Eu os recebi no meu gabinete, como os recebi agora, logo cedo, antes de chegar aqui. Não tenho nenhuma responsabilidade com relação ao conteúdo deste projeto. O conteúdo deste projeto é de responsabilidade do Ministério Público, não é da liderança do Governo, não é de nenhum deputado desta Casa, não é do governador Rui Costa. Ele veio originariamente do Ministério Público.

Então, eu lamento que esse *card*, que veio para a liderança do Governo e que, certamente, deve ter sido dirigido também para outros locais, com a minha fotografia, o que eu não autorizei, parecendo que a responsabilidade é minha de votar ou não votar este projeto aqui.

Então, eu lamento esse tipo de posicionamento. Não é com isso que alguém vai me pressionar aqui dentro desta Casa ou fora dela, fazer nenhum tipo de pressão. Eu tenho tido uma postura extremamente tranquila com todas as instituições, seja o Ministério Público, Poder Judiciário, Poder Executivo, como parlamentar e como líder do Governo. Então não vou aceitar nenhum tipo de pressão nesse sentido.

Há uma tramitação dos projetos na Casa. Aqui, eu tenho tido uma postura extremamente tranquila com todas as instituições, seja o Ministério Público, Poder Judiciário, Poder Executivo, como parlamentar e como líder do Governo, eu não vou aceitar nenhum tipo de pressão nesse sentido.

Há uma tramitação dos projetos na Casa. Aqui, eu tenho tido, junto com o deputado Sandro Régis, conivência no sentido de dispensar as formalidades, que não há nenhum problema em fazer dispensa de formalidade, desde que os projetos estejam de acordo com os interesses da sociedade baiana, mas não vou permitir esse tipo de postura de ninguém e muito menos desse sindicato que eu recebi no Plenário, que eu recebi aqui, recebi no meu gabinete, de fazer um *card* com a minha fotografia como se isso fosse uma pressão pública e que eu tivesse responsabilidade...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) pelo conteúdo do projeto que tramita nesta Casa. O conteúdo é de responsabilidade do Ministério Público e, se depender de mim, tramitará em todas as comissões desta Casa.

Muito obrigado.

O Sr. Soldado: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Um minuto, deputado Soldado Prisco.

Srs. Deputados, eu aproveito para transmitir a V. Ex.^{as} a questão dos automóveis que servem aos senhores e senhoras, que tanto transtorno tem causado com alguns colegas.

Então, eu já expliquei que esse contrato, essa licitação foi feita à época do nosso colega deputado Nelson Leal, que não teve culpa nenhuma. Infelizmente, é mais um dos problemas desse país que precisa ser mudado, mas os nossos colegas federais eu acho que ficam brincando em Brasília, com tanta coisa que esse país poderia mudar para ser outro país e, hoje, a cada dia desse a ladeira. Com a violência – desculpe, V. Ex.^{as}, eu, como presidente, estar falando – ninguém, ninguém se espanta mais, ninguém... parece que o Brasil está anestesiado, deputado Rosemberg, Srs. Deputados, deputado Fabrício.

Matam barbaramente e o Congresso não faz nada. Mata um médico, entra na clínica, atira abertamente. É a certeza da impunidade! É claro que a causa da impunidade é muito grave, é muito complexa, um país desigual, e isso cada dia aumenta, mas eu tenho certeza de que o Congresso poderia fazer alguma coisa e melhorar. Se esses crimes bárbaros fossem 30 anos na cadeia sem progressão de pena e por aí vai, claro que não nos cabe aqui discutir o Código Penal.

Eu faço esse rodeio para dizer mais um absurdo da lei de licitação desse país que, no intuito de dar direito a todas as empresas participarem das licitações, que é louvável, mas, ao mesmo tempo, não toma precauções, não se espelha em outros países, por exemplo, deputado Rosemberg. Poderia obrigar um seguro, o que é que existe hoje? Em todo setor público participa-se de uma licitação, empresas que mergulham no preço que não têm condições de executar obra. Como o governo licita um viaduto, licita um colégio, a empresa larga no início. Para o estado tirar essa empresa e chamar outra licitação, a obra deteriora, é prejuízo, é mais um absurdo no nosso país, que eu não vou continuar porque se não falaria aqui uma semana, 1 mês de tantos absurdos que podiam ser corrigidos.

Então, eu fiz isso tudo aqui para dizer que o nosso colega Nelson Leal abriu a licitação, mas não teve culpa nenhuma. Entrou uma empresa que não tinha condições de garantir o contrato porque “mergulhou no preço”.

Mas para dar uma notícia boa, graças a Deus, nós determinamos a abertura de outra licitação, que já foi concluída, e, graças a Deus, quem ganhou foi simplesmente a maior empresa do mundo, não é da Bahia, é do mundo, que é a Toyota, que, hoje, está com um braço de aluguel de veículos por um preço ótimo, vamos dizer assim, de

mercado. E os carros já estão aqui, em Salvador. Mas estão sendo emplacados no Detran, que é outra burocracia sem tamanho.

Então, para os diretores da Casa, eu digo: “Olha, eu quero saber a real situação, porque eu não posso falar com os colegas no Plenário e ser desmentido. E o tempo passando, e não tem resultado”.

Convoquei a Toyota, os dirigentes da Toyota, do setor, hoje, pela manhã, aqui, na Casa, e disse: “Eu quero saber a real situação porque eu tenho que transmitir aos colegas o que de fato está acontecendo”.

Então, eles me garantiram... vieram aqui alguns funcionários da Toyota, responsáveis, e me garantiram que quem quiser ver os carros já estão todos aqui, em Salvador. A questão só, agora, é que já foi dada entrada, deputado Carlos Geilson, V. Ex.^a que passou também por um grande constrangimento... E eu aproveito para pedir desculpas em nome da Casa por mais esse absurdo. Mas, se Deus quiser, daqui a poucos dias já estará sanada a situação.

Desculpem pelo desabafo meu, mesmo como presidente, a gente que assiste diariamente a tantos noticiários ruins neste país, que poderia ser um país diferente! Desculpem-me, Srs. Deputados, pelo desabafo e pelo rodeio para chegar a responder à questão dos veículos.

Questão de ordem do Soldado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco: Sr. Presidente, na sessão passada, o projeto de que foi pedido vista foi o primeiro projeto que estava para votação. Após a discussão do outro projeto, ele foi retirado de pauta. Está aqui na Taquigrafia, V. Ex.^a pode solicitar, está bem claro. O projeto foi retirado, pois a redação do projeto estava toda tortuosa. A gente entendia... E ficou claro aqui quando foi pedido a retirada de pauta.

Mantivemos contato com Sandro Régis e com toda a Bancada da Oposição aqui e não há acordo para a votação dessa nova redação do projeto. Então, ele não poderia tramitar aqui, no Plenário, ele tem que tramitar pelas comissões da Casa, como é com todo projeto que é apresentado. Isso é consenso de toda a Bancada da Oposição aqui, nesta Casa.

Então, V. Ex.^a, presidente, o líder do governo Rosemberg falou que não sessão passada foi pedido vista. Negativo! Não foi acatado o pedido de vista por V. Ex.^a mesmo, e o projeto foi retirado de pauta.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado... Srs. Deputados...

O Sr. Soldado Prisco: E toda a Oposição aqui já manteve contato com Sandro, e quem está aqui presente diz que para o projeto não há acordo nesse sentido.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, deputado Rosemberg, V. Ex.^a, como líder da Maioria, se me permite, e os deputados Carlos Geilson, Tiago e Prisco pela Minoria, a partir do momento em que foi assinado pelos líderes, eu poderia colocar em votação o projeto. Mas como nesta Casa a gente faz tudo de acordo, deputado Rosemberg, falando aqui com nosso diretor-geral, o mesmo me relatou que o projeto do deputado Fabrício passará a vigorar em sua inteireza só depois que todos forem vacinados.

Então, eu acredito que não vai ter prejuízo nenhum se nós atendermos, mesmo depois das formalidades serem dispensadas, ao que a Oposição está querendo. Acredito que não tem... Porque só vai vigorar depois que todos estiverem 100% vacinados, o que vai demorar alguns meses ainda. Então, acredito que não vai ter...

V. Ex.^a concorda? Permite-me?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, eu permito que... Atenderei ao pedido de V. Ex.^a, não é problema.

Quero divergir é da questão de ordem do deputado Prisco.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Desculpe-me novamente pela falta de educação por interromper.

É porque estão assinadas aqui as dispensas, viu, Soldado Prisco? Então, eu poderia...

O Sr. Soldado Prisco: O projeto anterior, presidente. O projeto atual não é o mesmo projeto anterior, a redação foi mudada. V. Ex.^a pode verificar o projeto. Sandro falou exatamente isso para a gente. O líder e toda a bancada aqui concordaram com isso.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.

Deputado Rosemberg...

O Sr. Carlos Geilson: Pauta vencida. Vamos seguir em frente.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, é o direito de defender os interesses do projeto assinado pela...

O Sr. Soldado Prisco: Mas isso é “tratorar” a Oposição, deputado.

O Sr. Bira Corôa: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Soldado Prisco: Isso aí é o projeto anterior. A redação do projeto é diferenciada.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Fui eu que fiz a questão de ordem.

O Sr. Júnior Muniz: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Bira Corôa: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, esse projeto, primeiro, eu quero divergir de quem entende que o projeto só pode ser votado depois que todos forem vacinados.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Bom, o nosso...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Eu quero divergir. Primeiro, porque o que o projeto prevê é que as pessoas que foram... Queria divergir colocando o seguinte: o projeto prevê que as pessoas, para adentrarem aos locais de serviços públicos, elas têm que ter cumprido a meta de vacinação e apresentar a carteira. Se a idade dele ou a condição dele for da primeira dose da vacina, é a primeira dose da vacina.

Então, todos os servidores na ativa já passaram por essa fase. Não existe nenhum, nenhum trabalhador que não teve a possibilidade de ser vacinado.

E nós estamos debatendo aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o cuidado que nós temos que ter com os colegas, com os servidores, com as pessoas que trabalham no dia a dia. É inadmissível que apenas por uma decisão pessoal a pessoa queira ir trabalhar e colocar em risco outras pessoas.

O projeto não prevê a obrigatoriedade de vacinar. O projeto do deputado Fabrício prevê a obrigatoriedade de adentrar ao local de trabalho com o cartão de vacina no ritmo que o processo de vacinação permite.

Então, eu acho que não votar esse projeto é um desserviço à sociedade.

O problema, deputado Adolfo, é que há uma tese defendida pelo atual presidente da República, que passou vergonha nos Estados Unidos agora, de que as pessoas não precisam se vacinar. E a gente está expondo outros e outras pessoas a essa situação catastrófica.

Então, nós temos que tomar essas medidas.

Eu não posso exigir que alguém que vá trabalhar na minha casa... e eu faço isso...

O Sr. Carlos Geilson: Questão de ordem, presidente.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: (...) na minha casa, para trabalhar tem que estar vacinada. Certamente que a maioria aqui faz isso, mas permite que as pessoas entrem em outros locais sem precisar ser vacinada.

Então, eu, Sr. Presidente, se for um pedido da presidência, para evitar uma situação de confrontação, eu vou conversar...

Queria pedir ao Sr. Presidente 5 minutos para que eu converse com o autor do projeto, que é o deputado Fabrício, porque não há, regimentalmente, possibilidade de interromper. Além do mais, o projeto está na Ordem do Dia, já ultrapassou a dispensa de formalidades, até porque, todos os prazos do projeto foram cumpridos.

Então, eu entendo essa questão, mas eu queria pedir a V. Ex.^a... para não tomar uma posição, como líder da bancada, isoladamente e conversar com o deputado Fabrício e, obviamente, com uma parte da bancada para saber a opinião, que, certamente, apresentarei em 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.

O Sr. Carlos Geilson: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Um minuto só, enquanto eu suspendo a sessão.

Queria dizer, deputado Rosemberg, que este presidente concorda plenamente, 100% com o que V. Ex.^a discorreu no momento. A gente não pode obrigar que as pessoas se vacinem, mas a gente não pode aceitar que aqueles que não acreditam na vacina tentem contaminar os que acreditam.

Antes de suspender a sessão, o deputado Júnior já tinha me solicitado...

O Sr. Carlos Geilson: Antes de V. Ex.^a suspender...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): É que o deputado Júnior... Não, vou suspender depois. Eu dou a V. Ex.^a... É que o deputado Júnior há muito tempo me pediu

a questão de ordem. Ele não está aguentando ficar muito tempo em pé por uma questão...

Para não termos um problema aqui, eu vou passar a palavra para ele e depois para V. Ex.^a.

O Sr. Júnior Muniz: Obrigado, presidente.

Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, presidente Adolfo, eu fiz questão de fazer esta questão de ordem porque não poderia deixar de, no dia de hoje, 28 de setembro, parabenizar a minha querida cidade de Camaçari,...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Rosemberg...

O Sr. Júnior Muniz: (...) completando hoje 263 anos.

Deixe-me tirar a máscara aqui, presidente. Estou aqui só...

Mas não poderia deixar de parabenizar minha querida cidade de Camaçari pelos seus 263 anos de progresso.

Camaçari é uma cidade-mãe da nossa Região Metropolitana, que agrega o maior polo petroquímico do Brasil e da América Latina. Camaçari é o berço do desenvolvimento. Mas, Sr. Presidente, nos últimos anos só o governo do estado é quem vem trabalhando por Camaçari.

Na semana passada, na última sexta-feira, estive em Camaçari com o governador Rui Costa, com o nosso secretário de Relações Institucionais, Luiz Caetano, com a minha companheira, amiga, que é superintendente desta Casa, Ivoneide Caetano, entregando obras, deputado Fabrício, entregando obras, deputado Bobô, entregando colégios para os alunos de Camaçari.

Mas o que me espanta, meu querido amigo Bira Corôa, é que no dia de ontem o prefeito apareceu. Depois de quase 5 anos de mandato, Bobô, ele apareceu e fez uma obrinha para poder levar o seu grupo político, para dizer que trabalha por Camaçari.

Então, Srs. Deputados, quero, aqui, parabenizar, mais uma vez, a minha querida cidade de Camaçari, e dizer que este deputado, deputado Júnior Muniz, está aqui atuante, de olho em quem não trabalha por Camaçari, para cobrar.

Então, é isso que nós fazemos, deputado Eduardo Salles.

E não poderia deixar 263 anos... e precisando resgatar. Camaçari precisa ser resgatada e voltar para boas mãos.

Eu estava dizendo isso ontem, Eduardo, porque me espanta. Ontem o prefeito apareceu, depois de 5 anos, para entregar uma obra e levar seu grupo político, para dizer que faz alguma coisa. E eu digo: Camaçari está bem, está bem apresentada...

O Sr. Carlos Geilson: A Assembleia da Bahia está inovando em termos de questão de ordem.

O Sr. Júnior Muniz: A Assembleia Legislativa da Bahia está bem apresentada, Sr. Deputado.

Eu fiz minha questão de ordem e quero dar continuidade.

Mas o seu governo, meu querido, está lá, a marca do seu governo está lá.

O Sr. Carlos Geilson: Essa é a questão de ordem?

O Sr. Júnior Muniz: A marca do governo Bolsonaro, Fabrício Falcão, está lá em Camaçari. Sabe qual é a marca do governo Bolsonaro? A marca da fome. A marca do genocídio está lá.

O Sr. Carlos Geilson: Pelo amor de Deus! Presidente, isso não é questão de ordem. Aí virou esculhambação. Pelo amor de Deus!

O Sr. Júnior Muniz: Então, eu quero dizer o seguinte: ontem apareceram para mostrar uma obrinha.

Mas eu quero dizer: tem mais obra do governo do estado, está chegando o colégio de Abrantes, Rosemberg. É a marca do governo do estado, é o desenvolvimento. Está chegando o governo do estado, é a obra que liga... a pavimentação da estrada que liga Monte Gordo a Jacuípe.

Então, é isso que nós agradecemos ao governador.

E parabéns, Camaçari, 263 anos! E vamos resgatar o progresso daquela terra.

Um abraço e os coxinhas que mordam.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputados, eu não digo... Deixem-me ver qual termo eu vou... O deputado Júnior é um deputado estreante.

Claro que a gente sabe perfeitamente que não cabe uma questão de ordem aí, mas, como todos aqui sabem, a Casa é uma Casa democrática. Vamos relevar esse discurso. É porque o deputado Júnior imaginou que já está na época do comício. Então, nós vamos perdoá-lo por esta tarde.

Deputado Carlos Geilson, V. Ex.^a tem toda a razão, mas aqui, esta Casa é uma Casa...

O Sr. Júnior Muniz: Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Júnior?

O Sr. Carlos Geilson: Ainda vai...

O Sr. Júnior Muniz: Comunicação inadiável.

O Sr. Carlos Geilson: Agora é questão de ordem da questão de ordem?

O Sr. Júnior Muniz: Eu queria pedir uma comunicação inadiável, mas eu fiz questão... Como V. Ex.^a está pedindo uma comunicação inadiável...

O Sr. Carlos Geilson: V. Ex.^a é líder?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.

Deputado Carlos Geilson, Srs. Deputados...

O Sr. Carlos Geilson: Eu quero responder a Rosemberg em 1 minuto. Eu vou responder em 1 minuto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson: Deputado Rosemberg Pinto Lula, em nenhum momento a Oposição entrou no mérito do projeto do deputado Fabrício Falcão. O que nós estamos questionando é a forma de tramitação. E não há acordo na bancada para tramitá-lo da forma como poderia ser na sessão passada.

O deputado Sandro Régis não está presente. Na qualidade de líder, eu tenho que ouvir os meus pares, e eles entendem que o projeto não deve tramitar e ser votado na sessão de hoje. Pode-se votar em sessões futuras normalmente. Aí vamos debater o mérito.

Eu sou particularmente favorável à vacinação, sou favorável ao mérito do projeto, mas discordo da forma da tramitação. Que isso fique claro.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k. Eu acho que essa parte já está resolvida.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, olhe bem, eu conversei com o deputado Carlos Geilson, conversei com o deputado Tiago e queria fazer duas ponderações. A primeira é que o projeto foi lido. Era só ler a emenda de relator, porque o projeto é o mesmo. Ele pediria vista, nós não debateríamos aqui e, na próxima semana, deputado Pedro, faríamos um debate de conteúdo e poderíamos votar ou não o projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.

Deputado Tiago.

O Sr. Carlos Geilson: Ouvindo aqui...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Soldado Prisco, veja bem, se o projeto está pronto para ser votado, e nós chegamos a um acordo de lideranças para não votar...

O Sr. Soldado Prisco: Sr. Presidente, houve pedido de vista do projeto anterior!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ouça! O projeto não mudou nada...

O Sr. Soldado Prisco: Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O que houve foi o voto de relator, deputado Soldado Prisco.

O Sr. Soldado Prisco: Eu concordo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vai dar no mesmo!

O Sr. Soldado Prisco: O próprio deputado Zé Raimundo colocou ali no telão que se havia pedido de vista de um projeto anterior, a sessão se encerraria. O projeto foi retirado de pauta. Verifique a taquigrafia da sessão anterior, presidente. É só o senhor verificar. O projeto não tramitou! Entendeu?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Rosemberg...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Zó leu o projeto...

O Sr. Soldado Prisco: Se a Oposição não tem acordo, é querer tratorar a Oposição. Se não tem acordo, o projeto tem de ir para as comissões.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não. Deputado Prisco, o deputado Zó...

O Sr. Soldado Prisco: Rosemberg, eu não sou contrário à vacina, já fui vacinado duas vezes. Você está entrando no mérito do projeto. A gente não entrou no mérito do projeto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Eu sei.

O Sr. Soldado Prisco: Ninguém está discutindo isso aqui.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Mas, olhe bem, o deputado Sandro Régis assinou a dispensa de formalidade junto comigo. No momento em que a gente joga isso aqui, a gente cria um precedente que, regimentalmente, não se permite. O que é que eu estou propondo? Eu não quero atropelar absolutamente nada, deputado Prisco. Se eu quisesse fazer isso, eu diria: “Olha, não aceito. Segue o Regimento, vou usar o Regimento.” A não ser que o presidente tome outra posição, e a gente votaria.

Eu não quero fazer isso, não é o meu objetivo. O meu objetivo é que a gente construa uma relação madura. Esse projeto interessa para a Base do Governo como interessa para a Base da Oposição. O projeto foi lido, foi lido. E apenas pedimos vista coletiva, tanto da parte do Governo quanto da parte da Oposição, porque a gente iria ajustá-lo, inclusive, para tirar algum tipo de coisa que a gente já fez aqui.

O Sr. Soldado Prisco: Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Caso contrário, vota-se o relatório lido pelo deputado Bobô, então.

O Sr. Soldado Prisco: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Tiago Correia: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ficou como, afinal? Desculpe-me, eu não estava ouvindo.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Estou propondo isso, que ele peça vista do projeto...

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k. Vou colocar em votação. Eu vou colocar primeiro o projeto que foi relatado por V. Ex.^a, o Projeto de Lei nº 24.263/2021, que (Lê) “*Autoriza o Poder Executivo a ceder à instituição financeira pública créditos decorrentes de precatório federal, e dá outras providências*”.

O parecer da sessão anterior foi lido por V. Ex.^a e o deputado Soldado Prisco pediu votação (**vista**).

Em votação no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Colocarei o projeto em votação no Plenário.

Vai encaminhar, deputado Tiago?

O Sr. Tiago Correia: Para encaminhar, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não. Para encaminhar, o deputado Tiago Correia.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, em relação ao Projeto de Lei nº 24.263/2021, do Poder Executivo, que (Lê) “*Autoriza o Poder Executivo a ceder à instituição financeira pública créditos decorrentes de precatório federal, e dá outras providências*”, antecipando um montante de algo em torno do valor de R\$ 700 milhões, fazendo com que o estado tenha mais capacidade de pagamento, juntamente com os R\$ 2,15 bilhões que foram depositados pela Ford e o outro empréstimo que já autorizamos nesta Casa, a Bancada da Minoria entende que são recursos que vão ajudar o governo do estado a honrar os seus pagamentos e talvez diminuir o ICMS dos combustíveis.

Por isso, a nossa orientação é pela aprovação do projeto.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Bom, o deputado Tiago Correia, líder da Oposição, encaminha favoravelmente; e o deputado Rosemberg Pinto também encaminha favoravelmente?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Também encaminho favoravelmente. E agradeço, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação no Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado, **em discussão única**, o Projeto de Lei nº 24.263/2021, do Poder Executivo.

PROJETO DE LEI Nº 24.263/2021

Autoriza o Poder Executivo a ceder à instituição financeira pública créditos decorrentes de precatório federal, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, parcialmente, até o limite de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), à instituição financeira pública, créditos decorrentes de precatório expedido na Ação Cível Originária - ACO nº 648 em trâmite perante o Supremo Tribunal Federal - STF, a ser incluído no orçamento da União, recebendo em contrapartida os recursos financeiros correspondentes.

Art. 2º - A cessão de crédito de que trata esta Lei observará as disposições da Lei nº 9.433, de 01 de março de 2005, e somente poderá ser realizada na modalidade *pro soluto*.

Art. 3º - Os recursos financeiros decorrentes da cessão de crédito de que trata esta Lei serão destinados, exclusivamente, a despesas de capital com o financiamento de projetos, ações ou programas considerados como medidas para manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, nos termos do inciso I do art. 208 e do art. 212-A, ambos da Constituição Federal, e da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Art. 4º - O Estado não ficará coobrigado, ou de qualquer forma responsável, por parte ou totalidade dos créditos envolvidos na cessão, nem pelo pagamento pontual a ser realizado pelo devedor dos créditos cedidos.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as modificações orçamentárias que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Próximo projeto: Projeto de Lei nº 24.286/2021. O projeto é do deputado Fabrício Falcão, deputado Tiago.

O Sr. Tiago Correia: Sr. Presidente, o senhor já está colocando em votação?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Sim.

O Sr. Tiago Correia: Para discutir, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k., então vamos votar.

O Sr. Soldado Prisco: Sr. Presidente, é o projeto do deputado Fabrício que está em votação?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): É isso. Lido pelo deputado...

O Sr. Soldado Prisco: Esse projeto, Sr. Presidente...

O Sr. Tiago Correia: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Carlos Geilson: Sr. Presidente... Só 1 minutinho, Prisco. V. Ex.^a ...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Esperem 1 minuto. Vamos por partes. Esse projeto... Vamos por partes, calma que eu deixarei todos usarem o seu direito de falar.

O Sr. Carlos Geilson: Não é isso, presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Calma! Esse projeto...

O Sr. Carlos Geilson: É só para manter a posição que o senhor externou aqui há pouco.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k., mas vocês têm de formalizar o pedido de vista. Tudo bem! O pedido de vista ou de retirada de pauta, para mim, é por acordo, porque, pela lógica, pelo Regimento, já teria ido para a votação, porque as formalidades foram dispensadas. Como é uma Casa de acordos, Soldado Prisco, vocês chegam a um acordo que não tem problema.

O Sr. Soldado Prisco: Sr. Presidente, o próprio projeto, quando fala da regulamentação do governo do estado... Só quem pode encaminhar um projeto de gastos para o estado é o Executivo. O projeto, até nesse sentido, é inconstitucional.

Como é que um deputado vai prever gastos para o estado? Quem vai fiscalizar isso?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Mas a inconstitucionalidade é arguida depois.

O Sr. Vitor Bonfim: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Quer falar, Vitor?

O Sr. Vitor Bonfim: Sr. Presidente, é preciso que a gente aprofunde o debate nesse projeto de lei em questão. A ideia, o escopo, é louvável, realmente. É preciso que a gente tenha essa preocupação com a população baiana e com os servidores públicos, em especial. Mas é preciso melhorar ainda mais a redação.

Já foram feitas diversas modificações na proposta original, o substitutivo foi lido, mas ainda persistem alguns questionamentos que, por exemplo, eu tenho. Nós deixamos de fora a previsão das empresas públicas. Quer dizer, nós estamos abarcando no nosso projeto as autarquias, as fundações e as agências, mas as empresas públicas estão de fora. Nós colocamos parlamentares na previsão legal, mas estamos deixando de fora os agentes políticos, que são os secretários de estado e o governador do estado, que não estão previstos nesta lei. Nós ainda não trazemos nenhuma regulamentação. Qual é a sanção que será imposta ao servidor que descumprir essa lei?

Então, Sr. Presidente, são esses questionamentos que faço para que a gente possa ter uma lei que tenha o mínimo de aplicabilidade. Não dá para esta Casa, a esta altura, produzir uma lei ineficaz.

O Sr. Soldado Prisco: Quem é que vai fiscalizar isso aí, presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, esse assunto está encerrado. Nós vamos tirar o projeto de pauta para um aperfeiçoamento, o.k.? Assunto encerrado por esta tarde.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, mas eu fiz um acordo com a Oposição e é bom deixar registrado. Fizemos um acordo. Será respeitada a dispensa de formalidade, votaremos na próxima semana e faremos os ajustes, de comum acordo, Oposição e Governo, para que possamos apresentar na próxima sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, Srs. Deputados. Esta é a Casa do diálogo e dos acordos.

Nesses últimos anos, não foram votadas – o que é da nossa obrigação – as contas dos tribunais de contas dos municípios e do estado. Então, nós vamos iniciar, hoje, com três contas do TCM, e depois as outras do TCE, o.k., Srs. Deputados?

Tem o Ofício nº 1.530/2014, de 2013. Por acordo, eu poderia, deputado Rosemberg e deputado Tiago, colocar em votação logo as três?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para encaminhar a votação...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Olhe bem, eu acho que, por uma questão apenas de prevenção com relação à legalidade, eu acho que era melhor a gente votar de uma em uma.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Nós vamos encaminhar pela aprovação, acredito que a Oposição também. Mas eu acho que, por uma questão de dar tranquilidade e não ter questionamento no futuro, poderíamos votar de uma em uma.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

Em votação – como já passou nas comissões – no âmbito do Plenário as contas do TCM referentes ao exercício de 2013.

Para encaminhar pela Oposição, deputado Tiago. O deputado Rosemberg, pela Maioria, já encaminhou favoravelmente.

O Sr. Tiago Correia: Encaminhamos favoravelmente, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Depois de encaminhadas pelos líderes da Oposição e da Situação, em votação no âmbito do Plenário as contas do exercício de 2013 do Tribunal de Contas dos Municípios.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado em discussão única. (Ofício nº 1.530/2014, publicado no DL de 1º/5/2014)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Aqui tem o Ofício nº 1.683/2015, também procedente do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, referente ao exercício financeiro de 2014.

Para encaminhar, o deputado Rosemberg Pinto. (Pausa) Está ao telefone.

Deputado Tiago Correia. Depois, eu retorno...

O Sr. Tiago Correia: Encaminhamos pela aprovação, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Rosemberg, para encaminhar as contas de 2014.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, eu quero encaminhar positivamente, mas quero deixar sempre um registro, que são as contas do Tribunal de Contas dos Municípios.

Eu apresentei um projeto de lei nesta Casa e queria pedir ao deputado Tiago que depois analisasse para dispensar as formalidades. É que o meu projeto de lei, que já foi aprovado pela Comissão de Constituição Justiça, coloca condicionantes para o Tribunal de Contas multar, no CPF, os gestores. Para que se faça isso, é necessário que haja a comprovação de dolo, porque muitos dos gestores estão pagando um preço muito alto por questões que, muitas vezes, não são de sua responsabilidade.

Então, quero indicar pela aprovação. Conversei com o presidente do Tribunal de Contas dos Municípios essa tese que eu quero debater aqui na Casa, na salvaguarda dos prefeitos e prefeitas.

Pela aprovação.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação, em Plenário, as contas do exercício de 2014 do Tribunal de Contas dos Municípios.

Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado **em discussão única. (Ofício nº 1.683/2015, publicado no DL em 30/4/2015)**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ofício nº 1.790/2016, referente ao exercício financeiro de 2015. Para encaminhar, o deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Pela aprovação.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Tiago Correia, pela Oposição.

O Sr. Tiago Correia: Pela aprovação, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Então, depois dos líderes da Minoria e da Maioria indicarem pela aprovação, em votação no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado **em discussão única. (Ofício nº 1.790/2016, publicado no DOEL em 27/4/2016)**

Aprovadas, na tarde de hoje, as três contas, 2013, 2014 e 2015, do Tribunal de Contas dos Municípios.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Agora, vamos para os projetos de autoria dos deputados. Projetos de utilidade pública.

Srs. Deputados, deputado Tiago e deputado Rosemberg, esses de utilidade pública é bom ler de um por um também?

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Eu acho, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu vou ler todos...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Isso. Por acordo não tem problema. Nós vamos fazer um relatório único.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k., deputado Tiago?

O Sr. Tiago Correia: De acordo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vamos lá, Srs. Deputados.

(Lê) *“1. PL nº 24.189/2021 de autoria do dep. Niltinho e que ‘Declara de Utilidade Pública a Irmandade de Promoção a Assistência e Saúde - Hospital Regional João Campos’.*

2. PL nº 24.253/2021 de autoria do dep. Paulo Câmara e que ‘Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Condomínios Residenciais, Comerciais e Mistos do Loteamento Aquarius, com sede e foro no município de Salvador’.

3. PL nº 24.254/2021 de autoria do dep. Rosemberg Lula Pinto e que ‘Declara a Utilidade Pública da Associação Beneficente do Parque dos Rios’.

4. PL nº 24.255/2021 de autoria do dep. Eduardo Salles e que ‘Declara de Utilidade Pública a Associação Abraço as Famílias com Crianças Portadoras de

Microcefalia e Outras Malformações Congênitas - ABRAÇO, com sede e foro no município de Salvador/BA'.

5. *PL nº 24.299/2021 de autoria da dep. Fabíola Mansur e que 'Declara de Utilidade Pública a Casa dos Velhos da Cidade de Cachoeira, com sede e foro no Município de Cachoeira – Bahia'.*

6. *PL nº 24.300/2021 de autoria do dep. Eduardo Salles e que 'Declara de Utilidade Pública a Obra Social N S da Gloria Fazenda da Esperança, com sede e foro no Município de Ilhéus/BA'.*

7. *PL nº 24.301/2021 de autoria da dep. Fabíola Mansur e que 'Declara de Utilidade Pública a Associação de Deficientes Visuais de Irecê e Região, com sede e foro no Município de Irecê – Bahia'.*

8. *PL nº 24.302/2021 de autoria da dep. Jusmari oliveira e que 'Declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Moradores do Residencial Cidade Nova - ACMRCN, com sede e foro no município de Barreiras - Estado da Bahia'.*

9. *PL nº 24.303/2021 de autoria do dep. Eduardo Salles e que 'Declara de Utilidade Pública a Obra Social N S da Gloria Fazenda da Esperança, com sede e foro no município de Brejões/BA'.*

10. *PL nº 24.304/2021 de autoria do dep. Eduardo Salles e que 'Declara de Utilidade Pública a Obra Social N S da Gloria Fazenda da Esperança, com sede e foro no município de São Gonçalo dos Campos /BA'.*

11. *PL nº 24.306/2021 de autoria do dep. Bobô e que 'Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Senhor do Bonfim – Apae Senhor do Bonfim, com sede e foro no Município de Senhor do Bonfim, no Estado da Bahia'.*

12. *PL nº 24.307/2021 de autoria do Dep. Diego Coronel e que 'Declara de Utilidade Pública a Associação dos pequenos agricultores e produtores de Baixa Grande, com sede e foro no município de Baixa Grande – Bahia'.*

13. *PL nº 24.310/2021 de autoria do Dep. José de Arimateia e que 'Declara de Utilidade Pública o Instituto Mulheres em Ação de Salvador - Bahia, com sede e foro na cidade de Salvador, Estado da Bahia'.*

14. *PL nº 24.311/2021 de autoria do dep. José de Arimateia e que 'Declara de Utilidade Pública a Associação Casa de Apoio Deus é Fiel, com sede e foro na cidade de Salvador, Estado da Bahia'.*” É do Corinthians essa?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para relatar, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, servidoras, imprensa, visitantes, cabe a mim relatar os projetos de iniciativa dos deputados Niltinho, Paulo Câmara, Rosemberg, Eduardo Salles, Fabíola Mansur, Jusmari, Bobô, Diego Coronel e José de Arimateia. Os projetos sob os números 24.189/2021, 24.253/2021, 24.255/2021, 24.299/2021, 24.300/2021, 24.301/2021, 24.302/2021, 24.303/2021, 24.304/2021, 24.306/2021, 24.307/2021, 24.310/2021 e

24.311/2021, que declaram as diversas instituições lidas pelo presidente como instituições de caráter público e de utilidade pública.

Quero dizer que os projetos estão dentro da adequação regimental, constitucional e, por isso, encaminho pela aprovação.

Queria dividir a relatoria com o deputado Carlos Geilson, porque tem um projeto que é da minha autoria e eu não poderia fazer o relatório, que é o Projeto de Lei nº 24.254/2021.

O Sr. Carlos Geilson: Qual o número, deputado?

O Sr. ROSEMBERG LULA PINTO: 24.254/2021.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para relatar o PL nº 24.254/2021, com a palavra o deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON: Passo a relatar o Projeto de Lei nº 24.254/2021, de autoria do deputado Rosemberg Lula Pinto, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente do Parque dos Rios.

Opto pela aprovação, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, então, são 14 projetos de utilidade pública. Eu colocarei em votação todos no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovados.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Colocarei em Plenário individualmente. Projeto de Lei nº 24.189/2021.

Como votam os Srs. Deputados em Plenário?

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o Projeto de Lei nº 24.189/2021, de autoria do deputado Niltinho, **em 1ª discussão. (Publicado no DOEL em 25/5/2021).**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Projeto de Lei nº 24.253/2021, de autoria do deputado Paulo Câmara.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado **em 1ª discussão. (Publicado no DOEL em 22/7/2021)**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Projeto de Lei nº 24.254/2021, de autoria do deputado Rosemberg Lula Pinto.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado **em 1ª discussão. (Publicado no DOEL em 22/7/2021)**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação no Plenário o Projeto de Lei nº 24.255/2021, de autoria do deputado Eduardo Salles.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado **em 1ª discussão. (Publicado no DOEL em 22/7/2021)**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Projeto de Lei nº 24.299/2021, de autoria da deputada Fabíola Mansur.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado **em 1ª discussão. (Publicado no DOEL em 28/9/2021)**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Projeto de Lei nº 24.300/2021, de autoria do deputado Eduardo Salles.

Os Srs. Deputados que o aprovam, em Plenário, permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado **em 1ª discussão. (Publicado no DOEL em 28/9/2021)**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Projeto de Lei nº 24.301/2021, de autoria da deputada Fabíola Mansur.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado **em 1ª discussão. (Publicado no DOEL em 28/9/2021)**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Projeto de Lei nº 24.302/2021, de autoria da deputada Jusmari.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado **em 1ª discussão. (Publicado no DOEL em 28/9/2021)**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Projeto de Lei nº 24.303/2021, de autoria do deputado Eduardo Salles.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado **em 1ª discussão. (Publicado no DOEL em 28/9/2021)**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Projeto de Lei nº 24.304/2021, de autoria também do deputado Eduardo Salles.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado **em 1ª discussão. (Publicado no DOEL em 28/9/2021)**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Projeto de Lei nº 24.306/2021, de autoria do deputado Bobô.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado **em 1ª discussão. (Publicado no DOEL em 28/9/2021)**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Projeto de Lei nº 24.307/2021, de autoria do deputado Diego Coronel.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado **em 1ª discussão. (Publicado no DOEL em 28/9/2021)**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Projeto de Lei nº 24.310/2021, de autoria do deputado José de Arimateia.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado em 1ª discussão. (Publicado no DOEL em 29/9/2021)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Projeto de Lei nº 24.311/2021, de autoria também do deputado José de Arimateia.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado em 1ª discussão. (Publicado no DOEL em 29/9/2021)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não. Esses projetos foram aprovados em primeiro turno.

Srs. Deputados, esses projetos de utilidade pública terão de ser votados em dois turnos.

Nós temos, também por acordo, mais três projetos de autoria de deputados. Eu vou ler todos os projetos e, depois, eu chamarei o relator.

Projeto de Lei nº 21.441/2015, de autoria da deputada Ivana Bastos, que dispõe sobre os direitos da lactante no âmbito do estado da Bahia e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 23.718/2019, de autoria da deputada Maria del Carmen, que dispõe sobre a criação do dia da pessoa com fibromialgia, bem como atendimento preferencial aos portadores da síndrome e dá outras providências.

Por último, o Projeto de Lei nº 24.107/2021, de autoria da deputada Olívia, que inclui, na Política Estadual da Saúde da Mulher, capítulo voltado para a conscientização e combate à pobreza menstrual da mulher e da adolescente, com garantia da distribuição gratuita de absorventes higiênicos nas unidades básicas de saúde, escolas públicas estaduais, unidades prisionais e de ressocialização de mulheres e adolescentes no estado da Bahia.

Primeiro, votaremos o projeto da deputada Ivana.

Para relatar, o deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Para relatar, a deputada Olívia Santana.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

Com a palavra a deputada Olívia para relatar o projeto da deputada Ivana.

A Sr.ª OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, passo a relatar a matéria.

(Lê) “Parecer das Comissões de Constituição Justiça; Comissão dos Direitos da Mulher; Comissão de Infra-estrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle

A proposição que ora passa a relatar, de autoria da eminente deputada Ivana Bastos, tem por objetivo dispor sobre os direitos da lactante no âmbito do estado da Bahia, evitando, assim, abusos e constrangimentos praticados por empresas e órgãos públicos.

O projeto não recebeu emendas, porém, no sentido de conferir maior técnica legislativa ao projeto em comento, bem como adequá-lo ao Diploma Constitucional Estadual, apresento a seguinte Emenda Substitutiva:

Emenda de Relator Substitutiva

O Projeto de Lei nº 21.441/2015 passa a ter a seguinte redação:

Projeto de Lei nº 21.441/2015

Dispõe sobre os direitos da lactante no âmbito do Estado da Bahia, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa da Bahia decreta:

Art. 1º - Fica assegurado à lactante o direito de amamentação em quaisquer locais no interior dos estabelecimentos comerciais, prédios públicos e afins, localizados no Estado da Bahia, mesmo que disponham de áreas específicas para tal finalidade, as quais deverão ser salubres e seguras.

Parágrafo único - Para efeitos desta Lei, considera-se estabelecimento o conceito disciplinado pelo art. 1.142 do Código Civil Brasileiro.

Art. 2º - Aos estabelecimentos previstos no artigo 1º desta lei, seus funcionários e colaboradores, aos servidores e colaboradores que exerçam suas atividades em prédios públicos e afins que abordem a lactante para constrangê-la, a fim de inibir a amamentação, serão aplicadas as sanções administrativas, civis e penais vigentes, assegurado a todos o contraditório e ampla defesa.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa: Tal conduta objetiva assegurar a plena admissibilidade do presente projeto no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, extraindo elementos que são por força de jurisprudência da Suprema Corte taxativamente contrário ao texto da Carta Política. Desta forma, a emenda substitutiva traz ao projeto a total constitucionalidade da matéria.

Ante o exposto e considerando que o projeto se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além de inexistirem restrições quanto ao seu mérito, opino pela aprovação com as modificações introduzidas pela Emenda de Relator.”

É este o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 28 de setembro de 2021.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação o Projeto de Lei nº 21.441/2015, da deputada Ivana Bastos.

Em votação no âmbito das Comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o Projeto de Lei nº 21.441, de autoria da deputada Ivana Bastos, **em 1ª discussão.**

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 21.441/2015

Dispõe sobre os direitos da lactante no âmbito do Estado da Bahia, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - Fica assegurado à lactante o direito de amamentação em quaisquer locais no interior dos estabelecimentos comerciais, prédios públicos e afins, localizados no Estado da Bahia, mesmo que disponham de áreas específicas para tal finalidade, as quais deverão ser salubres e seguras.

Parágrafo único - Para efeitos desta Lei, considera-se estabelecimento o conceito disciplinado pelo art. 1.142 do Código Civil Brasileiro.

Art. 2º - Aos estabelecimentos previstos no artigo 1º desta lei, seus funcionários e colaboradores, aos servidores e colaboradores que exerçam suas atividades em prédios públicos e afins que abordem a lactante para constrangê-la, a fim de inibir a amamentação, serão aplicadas as sanções administrativas, civis e penais vigentes, assegurado a todos o contraditório e ampla defesa.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 28 de setembro de 2021.

**Deputada Olívia Santana
Relatora**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O próximo é o Projeto de Lei nº 23.718, de autoria da deputada Maria del Carmen.

Para relatar, o deputado Carlos Geilson.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON: Passo a relatar a matéria.

(Lê) *“Parecer das Comissões de: Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Saúde e Saneamento; Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública; Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.*

A proposição que ora passo a relatar, de autoria da eminente Deputada Maria Del Carmen, tem por objetivo celebrar o Dia da Pessoa com Fibromialgia.

O projeto não recebeu emendas, porém, no sentido de conferir maior técnica legislativa ao projeto em comento, bem como adequá-lo ao Diploma Constitucional Estadual, apresento a seguinte Emenda Substitutiva:

Emenda de Relator Substitutiva:

Projeto de Lei Nº 23.718/2019

Dispõe sobre a criação do dia da pessoa com fibromialgia e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado da Bahia (ALBA) Decreta:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Estado da Bahia, o dia da fibromialgia, a ser lembrado, anualmente, em 12 de maio.

Art. 2º - A data ora instituída constará no Calendário Oficial de Eventos do Estado da Bahia.

Art. 3º - O Poder Executivo, por meio da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, poderá elaborar campanhas, seminários e afins, com intuito de fomentar debates e informações sobre a fibromialgia.

Parágrafo único – A identificação dos beneficiários dar-se-á por meio de cartão adesivo emitido pelos órgãos executivos de trânsito dos municípios, mediante laudo médico atestando a doença.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificativa: Tal conduta objetiva assegurar a plena admissibilidade do presente Projeto no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, extraindo elementos que são por força de jurisprudência da Suprema Corte taxativamente contrários ao texto da Carta Política. Desta forma, a emenda substitutiva traz ao projeto a total constitucionalidade da matéria.

Ante o exposto, e considerando que o projeto se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além de inexistirem restrições quanto ao seu mérito, opino pela aprovação na com as modificações introduzidas pela Emenda de Relator.

É o parecer, s.m.j.”

Sala das Sessões, 20 de julho de 2021.

Deputado Tiago Correia

Relator

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, em votação no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em Plenário.

Em votação o Projeto de Lei nº 23.718/2019, de autoria da deputada Maria del Carmen.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam com se encontram. (Pausa)

Aprovado **em 1ª discussão.**

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 23.718/2019

Dispõe sobre a criação do dia da pessoa com fibromialgia e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Estado da Bahia, o dia da fibromialgia, a ser lembrado, anualmente, em 12 de maio.

Art. 2º - A data ora instituída constará no Calendário Oficial de Eventos do Estado da Bahia.

Art. 3º - O Poder Executivo, por meio da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, poderá elaborar campanhas, seminários e afins, com intuito de fomentar debates e informações sobre a fibromialgia.

Parágrafo único. A identificação dos beneficiários dar-se-á por meio de cartão adesivo emitido pelos órgãos executivos de trânsito dos municípios, mediante laudo médico atestando a doença.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 28 de setembro de 2021.

**Deputado Carlos Geilson
Relator**

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O próximo e último é o Projeto de Lei nº 24.107/2021, de autoria da deputada Olívia Santana.

Teremos, claro, posteriormente, a votação em segundo turno de todos os projetos de utilidade pública.

Para relatar a deputada Ivana Bastos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Ivana Bastos.

A Sr.ª IVANA BASTOS: Passo a relatar a matéria.

(Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça; Comissão dos Direitos da Mulher; Comissão de Saúde e Saneamento; Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tec. e Serviço Público; Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle*

A proposição que ora passo a relatar, de autoria da eminente Deputada Olívia Santana, tem por objetivo Incluir na Política Estadual da Saúde da Mulher, capítulo voltado para a conscientização e combate à Pobreza Menstrual da mulher e da adolescente, com garantia da distribuição gratuita de absorventes higiênicos nas

Unidades Básicas de Saúde, Escolas Públicas Estaduais e Unidades Prisionais e de Ressocialização de mulheres e adolescentes do Estado da Bahia.

O presente parecer objetiva assegurar a plena admissibilidade do Projeto em epígrafe no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, a exemplos de vícios como a criação de obrigações ao Poder Executivo, elementos estes que são por força de jurisprudência da Suprema Corte taxativamente contrários ao texto da Carta Política.

No entanto, visando o seu aperfeiçoamento, venho, como Relator, propor ainda as seguintes alterações:

Emenda de Relator nº 01:

A ementa e os arts. 1º e 2º do Projeto de Lei nº 24.107/2021 passam a ter a seguinte redação:

‘Autoriza a inclusão, na Política Estadual da Saúde da Mulher, de capítulo voltado para a conscientização e combate à Pobreza Menstrual da mulher e da adolescente no Estado da Bahia.’

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Estadual, a incluir, na Política Estadual de Saúde da Mulher, capítulo voltado para a conscientização e combate à Pobreza Menstrual da mulher e da adolescente.

Art. 2º - Para a consecução da presente lei, o estado, por meio das Secretarias de Políticas para as Mulheres, Educação, Saúde e da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização, poderá firmar parcerias com outros órgãos da administração estadual, instituições ligadas ao governo da União e dos municípios e instituições privadas, como forma de viabilizar, elaborar e apresentar as diretrizes das ações a serem desenvolvidas.

§1º - As ações a serem desenvolvidas poderão contemplar, além de outros, os instrumentos educacionais e de saúde mantidos pelo Estado da Bahia, com foco nas mulheres, na comunidade estudantil e prisional nas localidades em que estão inseridos.

§2º - As parcerias previstas no ‘caput’ do artigo poderão, dentro da conformidade legal, estabelecer convênios e acordos de cooperação técnica, com entes públicos e privados, para a realização dos fins da presente lei.

§3º - As parcerias previstas no ‘caput’ do artigo poderão articular mecanismos para a arrecadação e distribuição de absorventes higiênicos nas referidas instituições.

Justificativa: esta emenda se destina a atualizar a proposição, em termos de técnica legislativa, legalidade e constitucionalidade.

Emenda de Relator nº 02:

Ficam suprimidos os Art. 3º e 4º.

Justificativa: a emenda proposta tem como objetivo atualizar a proposição, em termos de técnica legislativa e constitucionalidade.

Emenda de Relator nº 03:

Renumere-se o Art. 5º que passa a ter a seguinte redação:

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Justificativa: esta emenda se destina a atualizar a proposição, quanto à técnica legislativa e constitucionalidade.

Ante o exposto, e considerando que o projeto se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, além de inexistirem restrições quanto ao seu mérito, opino pela aprovação na com as modificações introduzidas pela Emenda de Relator.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 28 de setembro de 2021.”

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação, no âmbito das comissões, o Projeto de Lei nº 24.107/2021, de autoria da deputada Olívia Santana.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em votação em Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o projeto da deputada Olívia Santana **em 1ª discussão**.

O Sr. Carlos Geilson: Com apoio total da Oposição, registre-se.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com o apoio da Oposição. É um projeto mais do que justo.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 24.107/2021

Autoriza a inclusão, na Política Estadual da Saúde da Mulher, de capítulo voltado para a conscientização e combate à Pobreza Menstrual da Mulher e da Adolescente no Estado da Bahia.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Estadual, a incluir, na Política Estadual de Saúde da Mulher, capítulo voltado para a conscientização e combate à Pobreza Menstrual da Mulher e da Adolescente.

Art. 2º - Para a consecução da presente lei, o Estado, por meio das Secretarias de Políticas para as Mulheres, Educação, Saúde e da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização, poderá firmar parcerias com outros órgãos da Administração Estadual, instituições ligadas ao governo da União e dos Municípios e instituições privadas, como forma de viabilizar, elaborar e apresentar as diretrizes das ações a serem desenvolvidas.

§ 1º - As ações a serem desenvolvidas poderão contemplar, além de outros, os instrumentos educacionais e de saúde mantidos pelo Estado da Bahia, com foco nas mulheres, na comunidade estudantil e prisional nas localidades em que estão inseridos.

§ 2º - As parcerias previstas no caput do artigo poderão, dentro da conformidade legal, estabelecer convênios e acordos de cooperação técnica, com entes públicos e privados, para a realização dos fins da presente lei.

§ 3º - As parcerias previstas no caput do artigo poderão articular mecanismos para a arrecadação e distribuição de absorventes higiênicos nas referidas instituições.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 28 de setembro de 2021.

Deputada Ivana Bastos
Relatora

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, o deputado Marquinho Viana não apareceu aqui...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Não apareceu aqui, não.

Convoco uma sessão extraordinária a ser iniciada 1 minuto após o encerramento desta para a votação, em segundo turno, dos projetos de utilidade pública e de autoria das deputadas Ivana, Olívia e Maria del Carmen.

Declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.
Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço
<http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.